

**UNIVERSIDADE FEDERAL DO CEARÁ**  
**FACULDADE DE ECONOMIA, ADMINISTRAÇÃO, ATUÁRIA,**  
**CONTABILIDADE E SECRETARIADO**  
**CURSO DE CIÊNCIAS ECONÔMICAS**

**EVOLUÇÃO DAS POLÍTICAS AGRÍCOLAS 1960/ 2000**

**CLAUDIA ROBERTA ARAÚJO FONSÊCA**

**FORTALEZA, JUNHO DE 2000 - 1**

# **EVOLUÇÃO DAS POLÍTICAS AGRÍCOLAS-1960/ 2000**

**CLAUDIA ROBERTA ARAÚJO FONSÊCA**

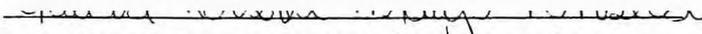
**Orientadora: Prof (a). MARIA GORETTI SERPA BRAGA**

Monografia apresentada à  
Faculdade de Economia,  
Administração, Atuária,  
Contabilidade e Secretariado,  
para obtenção do grau de  
Bacharel em Ciências  
Econômicas.

**FORTALEZA – CE  
2000**

Esta monografia foi submetida à Coordenação do Curso de Economia, como parte dos requisitos necessários à obtenção do título de Bacharel em Ciências Econômicas, outorgado pela Universidade Federal do Ceará – UFC e encontra-se à disposição dos interessados na Biblioteca da referida Universidade.

A citação de qualquer trecho desta monografia é permitida, desde que feita de acordo com as normas de ética científica.

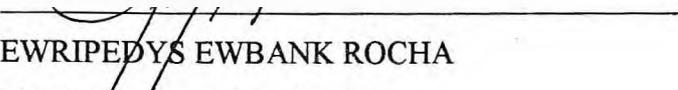
  
CLAUDIA ROBERTA ARAÚJO FONSÊCA

Média

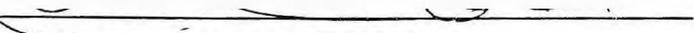
Nota

  
MARIA GORETTI SERPA BRAGA  
Prof. Orientador

Nota

  
EWRIPEDYS EWBANK ROCHA  
Membro da Banca Examinadora

Nota

  
ANTÔNIO LUIZ ABREU DANTAS  
Membro da Banca Examinadora

## Sumário

<b><u>Introdução</u></b> -----	01
<b><u>Capítulo 01- Agricultura e Desenvolvimento</u></b> -----	04
1.1) Introdução-----	04
1.2) Funções da agricultura-----	04
1.3) Do complexo rural ao complexo cafeeiro ( agro-comercial) -----	06
1.4) A modernização da agricultura e o complexo agroindustrial (CAI)-----	09
1.4.1) As políticas agrícolas dos anos 60 e 70 -----	16
1.4.2) Políticas agrícolas dos anos 80 e 90 -----	18
1.5) Notas conclusivas -----	23
<b><u>Capítulo 02- Plano Real: Brasil / globalização</u></b> -----	25
2.1) Introdução-----	25
2.2) Antecedentes-----	26
2.3) O Plano Real-----	28
2.3.1) As etapas do Plano Real -----	28
2.4) Principais pontos do Real-----	29
2.4.1) A política cambial -----	30
2.4.2) Taxas de juros-----	33
2.5) Resultados-----	36
2.6) Notas conclusivas -----	38
<b><u>Capítulo 03- O Plano Real e o Cenário Agrícola brasileiro</u></b> -----	40
3.1) Introdução-----	40
3.2) A âncora verde-----	41
3.3) As necessidades da agricultura-----	45
3.3.1) Consequências da abertura comercial -----	47
3.3.2) A concentração de terras-----	48

3.3.3) O agronegócio-----	48
3.3.4) A nova fronteira-----	49
3.4) O comportamento dos principais produtos agrícolas brasileiros-----	52
3.5) Empecilhos ao produtor rural -----	56
3.6) As perdas do setor agrícola-----	56
3.7) O mercado de máquinas e equipamentos agrícolas-----	57
3.8) Agropecuária e exportações-----	59
3.9) O desemprego no campo -----	61
3.10) A agricultura e a dependência externa-----	62
3.11) Previsões para o ano 2000- -----	63
3.11.1) Previsão de renda para 2000 -----	67
3.12) Notas conclusivas-----	68
<b><u>Conclusão</u></b> -----	70
<b><u>Bibliografia</u></b> -----	73

## Lista de Tabelas

Tabela 1.1-Número de hectares por trator e porcentagem de estabelecimentos agropecuários que utilizam fertilizantes. Brasil 1940, 1950, 1960-----	12
Tabela 1.2 - Consumo intermediário na agricultura, como % do Valor Bruto da Produção. Brasil 1939 / 80 -----	14
Tabela 1.3 - Dispendios do governo federal na função agricultura 1980 / 90 -----	20
Tabela 1.4 - Taxa de variação do PIB por setor ( % ao ano)-----	22
Tabela 2.1 - Vendas externas do Brasil-----	31
Tabela 2.2 - Principais mercados de destino-----	31
Tabela 3.1 – Safras colhidas no Brasil-----	43
Tabela 3.2 – Área total plantada no Brasil -----	43
Tabela 3.3 – Produção de soja no Brasil -----	52
Tabela 3.4 – Produção de milho no Brasil -----	53
Tabela 3.5 – Produção de arroz no Brasil -----	53
Tabela 3.6 – Previsão de renda para a safra 2000 -----	67
Tabela 3.7 – A dependência dos insumos importados-----	69

## Lista de Gráficos

Gráfico 1.1 – Modernização da agricultura -----	11
Gráfico 2.1 – Valor do US\$, em R\$ -----	33
Gráfico 2.2 – Taxa de juros básicos -----	34
Gráfico 3.1 – As safras brasileiras nos últimos dez anos-----	44
Gráfico 3.2 – Valor da produção agrícola-----	45
Gráfico 3.3 – O comportamento do trigo I-----	55
Gráfico 3.4 – O comportamento do trigo II-----	55
Gráfico 3.5 – O comportamento do trigo III-----	55
Gráfico 3.6 – vendas de máquinas agrícolas-----	58
Gráfico 3.7 – Balança agrícola ( Previsão 2000)-----	66
Gráfico 3.8 – Evolução do índice Commodity Research Bureau-----	66

## **Agradecimentos**

Ao meu esposo **Moisés Júnior**, por todo apoio, carinho e compreensão que foram de fundamental importância para a realização deste trabalho.

À minha querida orientadora Profa. **Goretti**, por toda sua dedicação e paciência na construção deste trabalho.

Aos professores **Abreu e Ewripedys**, pela honra e o prazer de tê-los em minha banca examinadora.

À toda minha **família e amigos**, que de alguma forma me ajudaram na construção deste trabalho.

Agradeço acima de qualquer coisa a **Deus**, por ter me permitido ultrapassar mais essa etapa em minha vida.

## RESUMO

O presente trabalho concentra-se na análise das políticas agrícolas brasileiras a partir da década de 60 e, especialmente, após o lançamento do Plano Real. Como a agricultura tem reagido num cenário econômico totalmente novo com políticas Neoliberais e a globalização o que melhorou, piorou e qual deveria ser o comportamento do governo perante o setor.

A agricultura possui grande importância econômica para o desenvolvimento, isto porque ela assume um importante papel de impulsionadora de outros segmentos econômicos, principalmente a indústria, com a transferência de recursos e várias outras funções que vai desde fornecedora de mão-de-obra até matéria-prima.

Porém, a atividade agrícola requer do Estado uma assistência muito especial que vai desde o subsídio para compra de equipamentos até a garantia de venda do produto por um preço mínimo no mercado. E para isso é essencial a aplicação de recursos de forma eficaz e eficiente pois a agricultura é uma atividade de alto risco tanto pelo lado do mercado( devido as oscilações de preços) quanto pelo lado da natureza ( que não pode ser totalmente controlada pelo homem). Por isso deve ser amparada por políticas agrícolas confiáveis e que tornem a atividade mais atrativa para o produtor.

A entrada do Brasil na nova ordem Neoliberal e globalizada, marcada especialmente pelo Plano Real, fez uma reviravolta nas formas de políticas agrícolas no país que já vinham se esfacelando desde o final da década de 70 com a diminuição do funding para o setor e, conseqüentemente, a maior dificuldade em obter recursos baratos para produzir.

A partir da década de 90 e principalmente com a abertura comercial o setor agrícola tem sofrido com as oscilações das safras , áreas plantadas além do preço dos produtos estarem baixos devido as importações e as grandes crises financeiras que diminuíram as exportações. Sem falar no apoio governamental quase inexistente deixando a agricultura a mercê dos mercados.

## Introdução

Desenvolvimento e crescimento econômico de um país são os principais objetivos de todos os governos quer sejam eles comunista, socialista ou capitalista, porém a grande questão é como alcançar esses objetivos. Quais caminhos devem ser tomados de forma a otimizar o tempo e conseguir de maneira mais rápida estes almejados intentos.

Por muito tempo prevaleceu o pensamento de que o grande segmento impulsionador do desenvolvimento era o industrial, quer dizer, através do aumento no nível de atividade da indústria em um país poder-se-ia promover o aumento da riqueza nacional melhorando ,assim o nível de vida, bem-estar e emprego no mesmo.

Porém, para que haja a implantação e crescimento da atividade industrial, ou seja a industrialização é preciso investimento, recursos para prover o setor de máquinas e equipamentos necessários à produção industrial, insumos e mão-de-obra.

De onde então, retirar os recursos necessários à industrialização sem prejudicar os outros setores da economia. Essa é uma tarefa do governo que através das chamadas políticas industriais incentivam o crescimento da indústria do país, utilizando principalmente o financiamento ou dinheiro rápido e barato com juros subsidiados, empréstimos .

A história dos atuais grandes países industrializados mostra que os incentivos governamentais e a transferência de recursos de um setor para outro foram fatores fundamentais para a promoção e crescimento da indústria mas, sem esquecer segmentos econômicos fundamentais, muitas vezes não reconhecido como tal, como a agricultura que foi uma das principais financiadoras da industrialização capitalista além de fornecedora de fatores fundamentais de produção como insumos e mão-de-obra.

A importância do setor agrícola não é só porque ele é o responsável pelo abastecimento de alimentos de um país mas, também por ter uma importância de caráter

econômico muito grande que vai desde o simples abastecimento de insumos e alimentos até a geração de divisas para o país. Portanto, não só o desenvolvimento industrial é importante, mas o apoio à produção e crescimento do setor agrícola também é fundamental para qualquer país.

A forma do governo incentivar a agricultura é através de políticas agrícolas, estas quanto mais sólidas, confiáveis e de longo prazo forem melhor será para o setor pois, os produtores terão bases estáveis para produzir e, automaticamente, isto funcionará como promotor da agricultura. O setor agrícola necessita de subsídios mais do que qualquer outro, isto porque é muito suscetível as intempéries da natureza o que aumenta muito o risco da produção. Assim, uma chuva fora de época ou geada pode por a perder toda uma produção e todo o recurso gasto nela.

Então, para ter uma agricultura dinâmica, promotora do crescimento econômico e em condições de atender as demandas industrial e da população é fundamental ter uma política agrícola sólida, subsidiada e com financiamento rápido, barato e acessível. Sem falar também de uma política agrária sem concentração de terras e distribuição igualitária.

O que interessa mostrar é como o Brasil tem se comportado perante a agricultura nacional para que esta possa cumprir seu papel econômico, ou seja, quais políticas agrícolas foram adotadas pelo governo brasileiro ; será que elas corresponderam e correspondem as necessidades do setor ? Será que são confiáveis o bastante para promover o incentivo à produção num país de economia tão instável e que, por isso, passou por diferentes planos de estabilização em pouco mais de uma década ?

O trabalho procura mostrar como o governo agiu em relação a agricultura brasileira, especialmente a partir da implantação do Plano Real considerado como a inserção do Brasil na globalização. Como este fato contribuiu para as mudanças nas políticas agrícolas brasileiras.

O capítulo um faz-se um breve histórico sobre a evolução da produção agrícola que vai desde a forma do complexo rural fechado e sem divisão social do trabalho, monocultor e exportador até o chamado CAI (Complexo Agroindustrial) podendo ser considerado como a fase de industrialização da agricultura.

No segundo capítulo apresenta-se uma breve explanação sobre o Plano Real que trouxe as bases Neoliberais para o Estado brasileiro e o inseriu no mundo globalizado, como ele foi elaborado e quais suas principais bases de apoio.

Por último a análise dos resultados da agricultura brasileira pós Real o que mudou na produção agrícola, o que melhorou ou piorou nos últimos anos e qual a postura tomada pelo governo brasileiro e se ela está condizente com as necessidades do setor, especialmente quanto a questão de financiamento e subsídios.

## **Capítulo 01**

# **AGRICULTURA E DESENVOLVIMENTO**

### **1.1 ) Introdução:**

A agricultura é um importante setor que compõe a economia, não só porque ela é a responsável pelo suprimento de alimentos, mas também por ser uma grande promotora do desenvolvimento e crescimento de qualquer país através da alavancagem de outros setores da economia, em especial a indústria.

Porém, esta promoção do desenvolvimento de setores fora do agrícola só pode ocorrer com a ajuda do Estado para que então, o chamado setor primário da economia possa cumprir com suas várias funções adquiridas num contexto de crescimento e desenvolvimento da economia de um país. Dessa forma a atitude ou postura tomada pelo Estado é fundamental e tem importância decisiva para o setor agrícola.

Neste capítulo faz-se uma breve exposição sobre o papel desempenhado pela agricultura no Brasil, em especial no período compreendido entre 1960 e 1980 analisando o comportamento do Estado perante o setor através de políticas agrícolas.

### **1.2) Funções da agricultura:**

O setor agrícola do país, como já ressaltado, é de extrema importância tanto pelo motivo mais óbvio que é a produção de alimentos para a população como, e especialmente, por vários fatores de cunho econômico como a capacidade de responder a incentivos governamentais no curto prazo. Diferente de setores como a indústria a agricultura é bem mais dinâmica no sentido de alcançar, em espaço de tempo menor, metas para o setor.

Outro mérito da agricultura, também já ressaltado, é que ela tem a capacidade de promoção de outros setores da economia, em especial a indústria. A industrialização nos grandes países desenvolvidos como Estados Unidos e Inglaterra deu-se através do financiamento da indústria pela agricultura, com a retirada de recursos desta para a construção de parques industriais, tudo isso através do controle prévio do governo. Foi desta maneira que

países hoje industrializados e produtores de tecnologia de ponta conseguiram iniciar sua produção industrial.

Mas o papel da agricultura não se restringe somente a geração de recursos para financiar a indústria, ele vai muito mais além e assume a forma de várias funções importantíssimas para a promoção da industrialização que são( Vasconcelos et al 1996: 246/247):

- *Liberar mão-de-obra*; através da maior produtividade do trabalhador no campo, muitos serão liberados para as cidades impedindo o aumento dos custos com mão- de- obra(devido a escassez o salário poderia aumentar ) fornecendo trabalhadores.
- *Fornecer alimentos e matérias-primas*; mais uma vez o aumento da produtividade é fundamental pois com menos mão- de-obra no campo e aumentando o contingente de pessoas nas cidades haverá maior demanda por alimentos além da indústria demandando matéria-prima. Caso esta demanda não seja satisfeita ocorre o risco de aumento de preços e inflação.
- *Transferir capital*; como o setor agrícola é o primeiro que se desenvolve no país, logicamente que os recursos advindos deste retornarão para o mesmo sendo necessário o desvio deste curso natural para os setores em desenvolvimento, no caso a indústria.
- *Gerar divisas*; as exportações de produtos agrícolas permite a geração de divisas que possibilitam a compra de equipamentos e máquinas fundamentais para a industrialização.
- *E Mercado consumidor*; aumento de produtividade implica em aplicação de novas técnicas que geralmente envolvem novas máquinas e produtos químicos que vêm das grandes cidades, além do que a renda gerada no campo cria mercados em potencial para os produtos das cidades.

Estas funções, se cumpridas, proporcionam o crescimento industrial e, concomitante a ele, o desenvolvimento do país. Porém, tem-se que a agricultura possui também suas “fases” de desenvolvimento, isto é, através do tempo o setor agrícola passa por diferentes formas que caracterizam a fase de desenvolvimento em que o país se encontra. No Brasil, especificamente essas fases são bem diferenciadas e vão em direção a uma forma de industrialização do setor agrícola, que será melhor compreendida mais adiante.

### 1.3) Do complexo rural ao complexo cafeeiro ( agro-comercial):

O complexo rural<sup>1</sup> foi a primeira forma organizada de produção agrícola no Brasil, este modo de produção possuía características próprias muito peculiares e rústicas moldadas de maneira a garantir o objetivo desta estrutura que era a produção para o mercado externo. Este complexo tinha como característica principal a incipiente divisão do trabalho, ou uma divisão muito pequena e inexpressiva. O complexo rural era um ambiente fechado o que significa dizer que tudo e qualquer bem necessário para a produção era “fabricado” dentro dos limites da fazenda, quer seja bens para a produção quer seja o plantio de roças para garantia da subsistência. Os bens ali produzidos somente tinham valor de uso. O produto principal era voltado para o mercado externo, conseqüentemente a economia do complexo rural era totalmente dependente do mercado internacional e, conseqüentemente a economia do Brasil também.

A desagregação e extinção do complexo rural dá-se especialmente a partir da proibição do tráfico negreiro, com a mudança para o trabalho livre, e a Lei de terras. Com isso vem a diferenciação entre o campo e a cidade, o trabalho dos colonos, o sistema de parcerias. Tudo, especificamente a diferenciação campo- cidade, trás consigo a divisão social do trabalho como consequência maior . O complexo cafeeiro paulista se destaca neste cenário pois é especialmente nele que um novo modelo de trabalho vai se proliferar. Com a utilização dos colonos que possuíam contratos temporários que vigoravam somente durante a colheita, surgiu a necessidade de mão-de-obra para realizar os trabalhos fora da época de colheita, como limpar as terras nas entre safras. Assim foi que à medida que o complexo cafeeiro paulista ia se desenvolvendo novas atividades manufatureiras iam se proliferando nas vilas e cidades, todas de ,alguma forma, ligadas ao café como a fabricação de ferramentas, transporte (especialmente com a integração das cidades pelas rodovias). Como ainda era o mercado externo quem ditava o andamento da economia do país muitas crises com produtos exportáveis foram atravessadas o que levava cada vez mais a agricultura voltar-se para o mercado interno como uma âncora de salvação.

---

<sup>1</sup> Ver: SILVA, José Graziano da. *A nova dinâmica da agricultura brasileira*. Campinas-SP. UNICAMP, 1996

A situação do mercado internacional declina de vez com a crise econômica de 1929. Com a quebra da Bolsa de Nova York o preço do café despencou e, como o Brasil dependia totalmente do café, a economia brasileira também entra em crise.

A queda nos preços do café e a crise de superprodução do mesmo levam ao colapso no mercado, onde até mesmo a queima do produto foi utilizada como forma de controlar os preços. Como o mercado internacional tornou-se quase inviável a saída para os produtores foi voltar-se para o nascente mercado interno que, até então, já era de tamanho bastante razoável. Tem-se a partir de então uma mudança sensível no direcionamento da produção nacional, antes apenas para o mercado externo e agora voltado para o mercado interno também.

Concomitante a esta mudança na dinâmica da produção nacional ocorre a implantação do modelo de substituição de importações que vem a reforçar este novo cenário. A partir de então, mesmo ainda com o complexo cafeeiro como principal motor da economia nacional, tem-se uma mudança nas características básicas dos mecanismos que englobam todo o complexo não mais apenas rural: agora com uma sensível divisão social do trabalho; a dinâmica não mais se dá exclusivamente em função do mercado externo; a agricultura passa a demandar produtos manufaturados; há um estreitamento das relações indústria-agricultura passando uma a integrar a outra, isto é, a agricultura passa a fornecedora da indústria de fatores como: matéria-prima necessária e sendo fornecida ao mesmo tempo pela indústria com equipamentos e máquinas para produzir alimentos mais eficazmente, dependendo menos das condições naturais e com maior produtividade para atender os mercados das cidades cada vez maiores.

Essas mudanças ocorridas com as características fundamentais do Complexo Rural (divisão do trabalho, maior proximidade com a atividade industrial, perda de exclusividade de atendimento ao mercado internacional) transformaram-no no que foi chamado de Complexo Cafeeiro predominante, principalmente, no interior de São Paulo.

Como o complexo cafeeiro era voltado para o mercado externo a política adotada no período para incentivo às exportações do setor era a de câmbio valorizado e a chamada taxa

múltiplas de câmbio<sup>2</sup>. Então o complexo rural tinha como características principais : a produção voltada para o mercado externo; a rudimentar divisão do trabalho dentro da propriedade e a atividade monocultora, ou seja, havia um produto principal que era exportado e as outras atividades eram apenas para complementar a subsistência na fazenda incluindo aí a fabricação dos instrumentos utilizados para o trabalho na lavoura como as ferramentas.

O complexo rural predominou até o final do século XIX, com o fim do tráfico negreiro e o trabalho livre esta estrutura começa a desfazer-se e outra toma seu lugar que foi a estrutura produtiva do café.

A estrutura do café continuava voltada para o mercado externo e monocultora. Este novo modelo chamou-se complexo cafeeiro que deu outra dinâmica a economia do país, especialmente a do Sul-Sudeste onde o café era a cultura predominante.

O complexo cafeeiro trouxe uma outra dinâmica para a economia do Brasil porque possibilitou a criação de novos mercados, ou seja, a partir das necessidades de comercialização, transporte, distribuição, venda enfim todo o processo de produção houve o surgimento de indústrias que produziam para a indústria do café, desde o saco para embalar até transportadoras que levavam o produto para outros mercados dentro do país ou aos portos para serem vendidos a outros países.

A diferenciação entre a zona rural e a urbana (onde nesta se produz manufaturados) exigirá do campo uma maior produtividade fazendo assim com que venha a surgir a produção artesanal de máquinas para o cultivo no campo tornar-se mais eficiente. Vem daí a semente de uma indústria nacional.

Assim, quanto maior a produção agrícola mais possibilidade de crescimento econômico para o Brasil pois ,até então, todo ele era advindo da expansão da produção agrícola após a diversificação das atividades dentro e fora das cidades este crescimento nacional não mais estava atrelado somente a produção agrícola.

---

<sup>2</sup> Câmbio múltiplo: Sistema de câmbio em que as taxas variam conforme a destinação do uso da moeda estrangeira. Funciona como um tipo de subsídio para compra de alguns produtos ou taxação de outros. É adotado tanto para importação quanto exportação. ( Dicionário de economia)

Como o Brasil era um país totalmente exportador de produtos agrícolas, significando dizer que quanto mais ele produzisse e exportasse tais produtos mais divisas entrariam no país, mesmo que essa postura o tornasse vulnerável a qualquer oscilação no mercado mundial a prioridade era incentivar a produção dos chamados exportáveis. A postura tomada pelo governo, observada a partir da segunda metade da década de 1950 era uma estratégia de taxas múltiplas de câmbio<sup>3</sup>, esta forma de política cambial objetivava tornar os produtos de exportação mais atrativos aos produtores. Dessa forma o governo dividiu em três categorias as exportações chamadas essenciais onde estas poderiam, respectivamente, obter 15%, 30% e 50% de suas receitas cambiais no mercado de câmbio livre que tinha um valor muito maior do que o câmbio oficial. Esta medida estimulava a produção dos ditos essenciais exportáveis onde, mais tarde, as três categorias foram unificadas em somente uma com o valor correspondente a 50% das receitas cambiais.

Enquanto a produção agrícola nacional era voltada para o mercado externo as formas de incentivo à produção foram tomadas como uma espécie de valorização cambial para o setor. Mas, a partir do momento em que a estrutura agrícola muda com a sua modernização as formas de incentivo à produção também irão mudar tornando-se setorializadas é o que ocorre na segunda metade da década de 1960.

#### **1.4) A modernização da agricultura e o complexo agroindustrial (CAI).**

Em 1950, o Brasil concentrava 64% da sua população na zona rural hoje, cinquenta anos depois, a situação esta completamente inversa com a zona urbana contando com 78% da população do país. No século 20 houve a maior migração campo-cidade de toda a história universal, com mais de 2 bilhões de pessoas migrando da zona rural para a urbana.

Esta mudança da população do campo para as cidades no Brasil fez com que a produção agrícola tivesse que aumentar para conseguir abastecer os grandes centros, só que agora ela passa a contar com um menor contingente de pessoas trabalhando no campo. Por isso

---

<sup>3</sup> Ver : BAER, Werner. *A economia brasileira*. São Paulo. Nobel.1996.

a solução era partir para uma maior produtividade através das novas técnicas de plantio desenvolvidas e de novos equipamentos. Mesmo com o surgimento de pequenas indústrias artesanais para a produção de equipamentos utilizados no campo, até a década de 60 o crescimento da produção deu-se pelo aumento de terras cultivadas que entre 1930 a 1950 o aumento das lavouras foi de 6.356 mil hectares; de 1950 a 1960 o aumento foi de 9.617 mil hectares e na década de 60 o total de 5.272 mil hectares foram incorporados as lavouras, ou seja, um aumento extensivo na produção agrícola (Silva;1996: 17). Até praticamente a década de 1960 o crescimento agrícola deu-se apoiado fundamentalmente na expansão da área cultivada e em técnicas tradicionais. Com a diversificação da produção, a maior ênfase ao mercado interno e a integração nacional em especial pela construção das rodovias, pouco a pouco as técnicas foram se aprimorando e o setor agrícola passa a demandar produtos novos com novas tecnologias como os tratores.

Com o surgimento da procura por produtos de tecnologia mais refinada ocorre um novo obstáculo ao produtor rural: o Brasil precisava importar esses bens pois não os fabricava internamente. Mais uma vez via-se dependendo do setor externo para adquirir máquinas e equipamentos necessários à sua produção inclusive para o abastecimento do mercado interno: O que o Brasil produzia não mais dependia do mercado internacional mas, a forma de produzir passou a depender do mesmo, ou seja, *o que produzir se internalizava gradativamente em função das exigências do mercado nacional, mas os instrumentos necessários para produzir – ou seja, o como produzir – ainda dependiam das iniciativas individuais e pioneiras dos produtores.* (Silva, 1996:19)

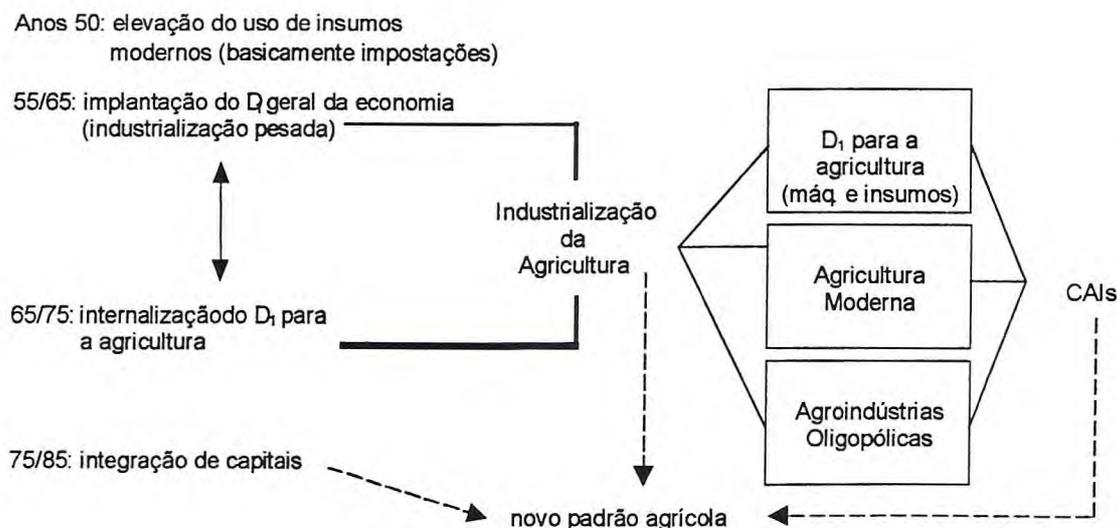
Após o término da Segunda Guerra Mundial o governo brasileiro passa a concentrar esforços no sentido de promover a modernização da agricultura no Brasil. Conceituada como: *”processo de transformação na base técnica da produção agropecuária a partir das importações de tratores e fertilizantes num esforço de aumentar a produtividade.”* (Silva, 1996:19)

O esforço do governo em promover a modernização esbarra na capacidade do país em endividar-se externamente e na política cambial porque não havia no Brasil uma indústria produtora de insumos e máquinas para a agricultura. A partir de 1964 com o governo militar houve a implantação de indústria fornecedora a agricultura no país, pois a preocupação na

época era em aumentar a produtividade do setor. A substituição das importações também ajudou na composição de um parque industrial nacional de produção de equipamentos básicos para a agricultura moderna este fator colaborou com a formação dos chamados complexos agroindustriais (CAI's).

De acordo com o gráfico podemos perceber que a modernização da agricultura no Brasil passou por várias fases nas quais consistiam na internalização da indústria de base para a economia em geral , logo após a constituição de uma indústria de base específica para o setor agrícola. Estes fatos conjuntamente possibilitaram a industrialização da agricultura e esta , por sua vez, através de uma maior integração intersetorial entre as indústrias produtoras para a agricultura a própria agricultura e as agroindústrias processadoras permitiram a formação dos CAI's na década de 1970.

Gráfico 1.1- Modernização da Agricultura



Fonte: SILVA, José G. *A nova dinâmica da agricultura brasileira*. Campinas; UNICAMP, 1996.

A chamada modernização conservadora da agricultura brasileira é assim conhecida por justamente ter se preocupado em colocar máquinas e insumos modernos no campo mas não desmanchou a estrutura arcaica de distribuição de terras que continuou a mesma, com predominância de grandes propriedades e ,com a implantação das políticas de apoio à produção rural, as terras passam a ser cada vez mais concentradas nas mão de poucos grandes

proprietários com acesso ao crédito facilitado. Mesmo assim essas mudanças no aspecto tecnológico foi de especial importância para o setor e ,mais tarde pode-se ver que foram elas que possibilitaram o cumprimento do papel da agricultura nos anos de crises posteriores.

As principais mudanças ocorridas na agropecuária brasileira no período de modernização foram as relacionadas com: uma maior quimificação no setor, devido ao aumento no uso de fertilizantes e adubos industrializados o que possibilitou o aumento intensivo da produção; maior utilização de máquinas como os tratores, que também aumentou a produtividade; o crescimento da agroindústria, houve um estreitamento das relações entre a agricultura propriamente dita e as indústrias que “dependem” desta tanto a montante ( fabricante de máquinas, equipamentos e insumos) quanto a jusante( indústrias processadoras de alimentos); o grande salto de produção alcançado foi conseguido principalmente através do aumento de produtividade, porém o avanço da fronteira agrícola para o Centro-Oeste também teve significativa importância; o aumento da concentração de terras foi o lado negativo deste período de modernização.

De acordo com o quadro a seguir podemos ilustrar o quanto aumentou o uso de máquinas ( tratores) e produtos químicos( fertilizantes) à partir da década de 1960 , devido já as consequências da modernização do setor iniciada na mesma década.

Tabela 1.1- Número de hectares por trator e porcentagem de estabelecimentos agropecuários que utilizam fertilizantes.  
Brasil 1940, 1950, 1960

Indicador	1940	1950	1960
Hectares de área total por trator	58.497	27.737	4.073
% estabelecimentos com uso de fertilizantes	n.d.	n.d.	13,2

FONTE: CENSOS AGRÍCOLAS

O processo de modernização também favoreceu a criação entidades de pesquisa que tiveram uma importância fundamental no setor agropecuário, pois foram responsáveis por

diversas técnicas novas, adaptação de produtos estudos e pesquisas na área, com destaque para a EMBRAPA(Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária) que até hoje dá auxílio importantíssimos no setor e a Extensão Rural.

Somente a partir da década de 50, no governo de Kubitschek com o Plano de Metas, é que começa a haver uma considerável produção interna de fertilizantes e a de tratores passando a existir uma chamada internalização do D1<sup>4</sup> da agricultura. A partir da condição desta internalização é que a agroindústria e a própria indústria, que estavam estacionadas devido a esta necessidade de importação, passam a deslanchar num processo de crescimento acentuado.

A modernização implica num crescimento do consumo intermediário<sup>5</sup>, que é a compra inter e intra setorial da agricultura, ou seja o processo de produção fica cada vez mais complexo e interdependente. Este consumo pode mostrar em síntese o quanto foi modernizado o setor em determinado período.

Assim quanto mais complexa for a base técnica da produção com uma maior utilização de insumos de natureza química, física e biológica maior será a proporção do consumo intermediário na produção.

Como mostra a tabela a seguir, onde o consumo está expresso em porcentagem do valor bruto da produção do setor agrícola, o consumo intermediário passa de 13% em 1939 para mais de 20% na década de 60, com um significativo salto neste período, e entrando a década de 70 com uma porcentagem em torno de 30%.

Tomando como base de comparação a última coluna de índices( 1939 = 100) vemos também o quanto o consumo intermediário aumentou de 1939 a 1980, cerca de quarenta anos, mais uma vez com um salto muito acentuado na década de 60 onde ocorreu a

---

<sup>4</sup> D1: Setor industrial produtor de bens de capital e insumos básicos.

<sup>5</sup> Consumo Intermediário: É o valor de todos os insumos que entram no processo de produção ( menos a força de trabalho). Inclui as despesas com sementes, defensivos, fertilizantes, rações e medicamentos para animais, aluguel de máquinas, embalagens e outros itens que possam ser considerados matérias-primas ou insumos produtivos.

industrialização da agricultura. No ano de 1959 o índice é 120,0 e salta para 212,3 no ano de 1970, ou seja após a década de 60.

Tabela 1.2  
Consumo Intermediário na Agricultura, como %  
do Valor Bruto da Produção.  
Brasil 1939/80

Ano	Consumo intermediário/ VP (em %)			Índices (1939 = 100)
	(a)	(b)	(c)	
1939	13,0			100,0
1949	14,4			110,8
1954	17,1			131,5
1959	18,6	15,6		120,0
1965		23,5		180,8
1968		27,4		210,8
1970		30,1	27,6	212,3
1975			34,4	264,6
1980			38,7	297,7

FONTES: (A) RIBEIRO & GHEVENTER ( 1983), COM BASE NAS CONTAS NACIONAIS.

(B) IDEM, COM BASE NA REVISÃO DAS CONTAS NACIONAIS E PESQUISA DE CAMPO DA FGV.

(C) KAGEYAMA ( 1986<sup>a</sup>)

(D) NOS ANOS DE 1959 E 1970 CONSIDEROU-SE O DADO DA SÉRIE MAIS RECENTE.

Foi a partir da internalização do D1 da agricultura que o complexo agroindustrial pode se desenvolver, em outras palavras o primeiro é fruto do segundo porque um complexo agroindustrial implica um intrínseco relacionamento entre agricultura-indústria, uma cumplicidade, um inter-relacionamento muito estreito é a chamada industrialização da agricultura onde as condições necessárias para o plantio e a boa safra não são mais esperadas e sim criadas na quantidade e qualidade desejadas, sujeitando-se o menos possível às condições da natureza porém, sem que estas percam sua importância. A agricultura passa a ser um segmento de todo o processo produtivo que agora envolve o ato de produzir alimentos.

A modernização da agricultura trouxe como consequência o desenvolvimento do CAI( complexo agroindustrial) que representou a nova dinâmica da agricultura a partir da década de 60, porém o CAI só se tornou possível com a internalização do DI no país. Este modernismo veio com uma acumulação industrial e a intervenção do Estado, a industrialização da agricultura foi representada pela formação do CAI e colaboraram com este fator a diversificação das exportações; a substituição da importação de matérias-primas estratégicas como petróleo e celulose; e o choque do petróleo em 1973 que deslanchou a agroindústria do álcool.

Este processo de industrialização da agricultura representado pelo surgimento do CAI fez com que houvesse uma maior intensificação nas relações inter-setores que passaram a comercializar entre eles , por isso era necessário um sistema financeiro para apoiar a agroindústria para a compra de máquinas , fertilizantes, etc necessários à produção cada vez maior exigida pela indústria. Assim surgem meios de financiamento para os CAIs como o SNCR( Sistema Nacional de Crédito Rural) que foi o primeiro sistema financiador da agricultura no Brasil que deu inicio ao novo sistema e a nova dinâmica agrícola no país, este foi o principal veículo do projeto modernizador do governo brasileiro.

O processo industrial passa a comandar o processo natural da produção além disso o problema antes enfrentado pelo complexo rural que era primeiro o ter de produzir internamente tanto seus equipamento e matéria-prima e após isto enfrenta a falta de produção interna de insumos e equipamentos modernos necessários à produção, o que os obrigava a depender das condições de importação do país que por sua vez dependia do desempenho externo do preço do café, principal produto de exportação. Com a implantação da indústria de produção de fertilizantes, equipamentos, insumos modernos o complexo agroindustrial pôde então contar com este fator a mais a seu favor.

Só que os problemas enfrentados pelo setor agroindustrial não diminuem ou acabam com a modernização e a constituição de indústrias produtoras de equipamentos e insumos para a agropecuária. O agricultor propriamente dito, com a formação dos complexos agroindustriais, perde toda a sua autonomia e passa a ser um componente a mais neste intrincado complexo. Assim, ele passa a enfrentar outro tipo de obstáculo: de um lado as indústrias a montante que são monopólios e repassam ao produtor seus preços com altos lucros e do outro as indústrias a

jusante monopsonicas que impõem os preços aos produtos. Dessa forma o produtor fica a mercê desses segmentos e muitas vezes não consegue retirar o custo da produção. É nesse momento que entra o governo como regulador dos interesses individuais dos produtores, consumidores e dos outros segmentos ligados e diretamente interessados no setor agrícola no Brasil. Agindo como um juiz não deixando que um segmento domine o outro levando assim, mais vantagens.

#### **1.4.1) As Políticas Agrícolas dos anos 60 e 70<sup>6</sup> :**

A partir do governo militar (1964) houve a preocupação em modernizar a agricultura, mas para isso era necessário que o Estado desse as condições básicas. Assim em 1965 foi criado o SNCR(Sistema Nacional de Crédito Rural) com o objetivo de dar crédito fácil e barato ao produtor rural para que este pudesse adquirir todos os instrumentos necessários para modernizar sua produção. Este crédito foi a principal fonte de financiamento nas décadas de 60 e 70 pois eram feitos com taxas de juros nominais num período de inflação, o que acabava por significar juros subsidiados e até negativos. O agente financiador era o Banco do Brasil e os recursos vinham do Orçamento da União. Este sistema de crédito possibilitou a modernização do setor agrícola pois, deu a ele o suporte financeiro que a partir desse momento se fez necessário para a compra de insumos como fertilizantes e máquinas.

Até 1979 vigorou esta política de subsídios a agropecuária, porém neste mesmo ano, a elevação da inflação e a diminuição dos depósitos à vista, fizeram com que alguns subsídios fossem retirados, como as taxas de juros antes pré-fixadas passaram a ser pós-fixadas o que fez acabar com os juros negativos e ainda acrescentou-se a correção monetária aos empréstimos desde aquele ano.

As principais causas das mudanças no sistema de crédito ao produtor rural foram a primeira crise do petróleo em 1973 e a crise da dívida externa brasileira. Estes dois

---

<sup>6</sup> Ver: SILVA, José Graziano. **A nova dinâmica da agricultura brasileira**.Campinas: UNICAMP, 1996.  
VASCONCELOS, Marco Antonio Sandoval de *et al.* **Economia brasileira contemporânea**. São Paulo:Atlas,1996.

acontecimentos estancaram o grande ritmo de crescimento em que vinha o país e trouxeram a crise , ou seja, foram o estopim inicial da década de recessão e crise dos anos 80.

O primeiro choque do petróleo, ocorrido em 1973<sup>7</sup>, atingiu o Brasil em cheio pois, era fortemente dependente do petróleo importado e este, quadruplicou seus preços neste período. Este aumento nos preços do petróleo internacionalmente significava para o Brasil um desequilíbrio em suas contas porque ter-se-ia um maior gasto com as importações sem uma contrapartida das exportações ou se tem-se também um aumento nas exportações, no mesmo valor, estaria tudo bem. Só que não aconteceu este aumento de exportações e, num primeiro momento nenhuma providencia foi tomada no sentido de se amenizar as consequências do choque do petróleo, o país passava por um momento de euforia com índices altos de crescimento econômico e com uma política de crédito facilitado para os segmentos produtores do país.

Com esta postura o país optou por um maior endividamento ao invés de diminuir ou restringir o crédito a sociedade e teve seus custos com as importações aumentados, por causa do petróleo. *Com isso a dívida externa do Brasil cresceu US\$ 10 bilhões entre 1974 e 1977, outros US\$ 10 bilhões nos dois anos seguintes. No início do governo Geisel (1974), o país pagava anualmente US\$ 500 milhões de juros e em 1978 a conta de juros liquidados subira para US\$ 2,7 bilhões que a alta das taxas de juros internacionais elevaria para US\$ 4,2 bilhões no primeiro ano do governo Figueiredo(1979).*(Abreu;1990:310)

A volta do modelo de substituição de importações no início da década de 70, baseava-se na produção de bens de capital ,insumos para a indústria pesada, e na prospecção/ produção de petróleo. Para isto foram utilizados incentivos como: isenções de imposto de importação, crédito subsidiado, reserva de mercado e crédito para compra de equipamentos.

Porém a manutenção de incentivos fiscais, creditícios e cambiais teve um enorme custo para as contas públicas com a depreciação e saturação da capacidade de endividamento do Estado o que ocasionou , mais tarde, a falta de capacidade de apoio financeiro do Estado aos

---

<sup>7</sup> Ver: ABREU.Marcelo de Paiva.(org.). *A ordem do progresso*. 4 edição. 1990 . Rio de Janeiro ED. Campus

setores produtivos através de políticas de incentivo ao crescimento e desenvolvimento destes setores que acarretará, na década de 80, uma fase de profunda recessão e alta inflação

#### **1.4.2) Políticas Agrícolas dos anos 80 e 90:**

Com a crise dos anos 80 a agricultura perde de vez os subsídios até então tidos nas formas de financiamento. O país começa a década de 80(década perdida)<sup>8</sup> com altos índices de inflação, recessão e declínio acentuado do PIB, daí o governo passa a não mais ter condições de subsidiar a agricultura como vinha acontecendo antes. Neste período ocorre o chamado ajustamento externo onde os recursos( funding) aos financiamentos rurais passam do poder público para o privado tornando-se mais caros.

A forma de política agrícola neste período de poucos recursos foi feita de uma maneira diferente , através dos preços mínimos. Estes consistiam numa forma de garantia ao produtor de que, seu produto seria vendido ao preço que ao menos cobrisse seus custos com o plantio, ou seja, se o preço de mercado não cobrisse seus custos de produção restaria ao agricultor vender para o governo ao preço pré-estabelecido.

A política de garantias de preços mínimos (pgpm) garantia a venda dos produtores por um preço mínimo , principalmente nos períodos de safras onde havia uma maior oferta de produtos. Os preços mínimos<sup>9</sup> consistiam de, basicamente, dois mecanismos o AGF(Aquisição do Governo Federal) e o EGF(Empréstimo do Governo Federal) onde o primeiro era uma compra feita a preços pré-fixados pelo governo(nesta linha o agricultor poderia escolher qual melhor negócio vender no mercado ou ao governo dependendo do período safra ou entre safra seria um bom negócio) e o segundo uma linha de crédito onde o governo financiava ao produtor a estocagem de seu produto. Os preços mínimos foram a base das políticas agrícolas da década de 80 pois não exigiam recursos tão altos quanto a política de crédito subsidiado.

Um fato importante que mudou todo o modo de conduzir as políticas voltadas para a agricultura foram o surgimento dos CAI'S com eles o governo não mais pode regular o setor

---

<sup>8</sup> Década Perdida: como é chamado os anos 80 por caracterizar-se um período fortemente recessivo, com quedas expressivas do PIB, alto índice de inflação, queda da atividade econômica e crise da dívida externa.

<sup>9</sup> Ver: SILVA, José Graziano. *A nova dinâmica da agricultura brasileira*. 1996. UNICAMP. Campinas

com uma só política macro pois a agricultura passa a subdividir-se por setor de produtos e para cada um destes tem de vigorar uma regulação diferenciada. Daí então formam-se os lobbies de produtores a fazerem pressão para conseguirem mais "favores" ao seu produto. O Estado passa então, a politização de seus incentivos agrícolas que atendem aos grupos mais influentes próximos ao poder, estes tem então conseguido uma maior regalias ao seu produto tanto que mesmo em períodos de crise e total falta de recursos houveram produtos no setor que não deixaram de ter seus subsídios advindos do governo. A este tipo de ação chama-se a feudalização<sup>10</sup> do Estado onde este procura atender a grupos elitistas divergentes o prejudica bastante a política aplicada ao setor agropecuário.

Chega ao fim o período de governos militares e em 1985 ocorre eleições indiretas para presidente onde estas são vencidas pelo candidato Tancredo Neves tendo como vice José Sarney, porém Tancredo vem a falecer antes de assumir seu vice Sarney assume em seu lugar e em 1986 lança o Plano Cruzado.

Na década de 80 foi que a região Centro-Oeste começou a despontar como uma próspera região produtora, em especial de milho, arroz e soja. Assim a título de ilustração far-se-á uma rápida descrição de sua trajetória nesta década.

Como já foi dito o aumento da produção agrícola no país deu-se primeiramente através do aumento na extensão das terras cultivadas que consistia no aumento da fronteira rumo ao centro-oeste do Brasil, este possuía vastas extensões de terras cultiváveis, após o início da modernização vem o aumento da produção através de uma maior produtividade. Estes dois fatores foram muito importantes para tornar a região atrativa a agroindústria somando-se aí a proximidade de mercado consumidor e insumos. Não diferente das outras regiões o centro-oeste passou por enormes dificuldades devido as crises enfrentadas na década de 80 mas como seu desenvolvimento era recente, possibilitou que justamente no período mais difícil da década a produção da região estava em pleno crescimento por causa do amadurecimento das novas técnicas de plantio implementadas na década anterior e amadurecidas naquele momento, nas outras regiões isto já havia ocorrido, por isso grande parte do PIB agrícola da época deve-se a esta região.

---

<sup>10</sup> Idem.

Como a política de crédito rural havia perdido sua sustentação financeira a produção agrícola ficou muito prejudicada pois não mais tinha de onde retirar crédito rápido e fácil as linhas de crédito passam do setor público para o privado dificultando para o produtor. Os juros ficam muito altos e impedem o investimento do produtor no setor agrícola, assim diminuem as compras de tratores, fertilizantes, insumos em geral. Passando desde então a vigorar a política de preços mínimos a região passa a ser a principal beneficiada com as AGF's e EGF's onde estas subsidiaram as produções proporcionando financiamento para estocagem ou venda ao governo por um preço mínimo.

A safra de 1985 foi bastante favorecida pelo aumento do crédito e com os preços mínimos mais condignos com o custo do produtor, esta mudança fez parte de estratégia de governo para aumentar os excedentes exportáveis por isso é que, mesmo com uma política agrícola de alta pressão sobre as finanças públicas, nada faltou a quem produzia para exportar. Em 1987 o governo de Sarney lança o Programa de Abastecimento que teve uma grande importância e representou cerca de 70% dos dispêndios com a agricultura no período onde mais tarde cairia para apenas 30%. Para ter-se uma idéia de como a agricultura deixou de ter em investimentos na década basta comparar os dados da tabela a seguir:

Tabela 1.3  
Dispêndios do Governo Federal na Função agricultura<sup>(a)</sup>  
1980/90

	Milhões de US\$ de 1990	Índice
1980	4.864	100
1981	3.294	68
1982	3.289	68
1983	1.438	30
1984	1.986	41
1985	4.144	85
1986	7.332	151
1987	10.163	209
1988	8.264	170
1989	5.457	112
1990	6.272	129

FONTE DOS DADOS BÁSICOS: GASQUES & VILLA VERDE (1991A).

(A) EXCLUÍDAS DESPESAS QUE FAZEM PARTE DOS ORÇAMENTOS DAS ESTATAIS

(EX: ELETRIFICAÇÃO RURAL), AS PENSÕES E APOSENTADORIAS DA PREVIDÊNCIA SOCIAL,  
OS GASTOS COM A EDUCAÇÃO RURAL E OS FUNDOS CONSTITUCIONAIS.

Se tomar como referência para comparação a terceira coluna pode-se ver como foram diminuídos os gastos com a agricultura ,principalmente na década de 80. Com o ano de 1980 como base (1980 = 100) chegamos a 1983 com o menor índice 30, começamos a recuperar em 1983 com o valor de 151 chegamos a 209 em 1987 e caímos novamente à partir de 1988.

No que diz respeito a modernização, na década de 80, como não poderia deixar de ser, o ritmo foi bem mais lento a venda de tratores e equipamentos em geral além de insumos e fertilizantes caiu bastante devido a recessão do período, a falta de crédito e até mesmo ao caráter excludente da modernização no país. Mesmo assim o PIB do setor cresceu mais na década de 80 do que na anterior isto devido as novas técnicas de produção implantadas na década de 70 e que chegaram ao seu amadurecimento nos anos 80.

Durante todo o período de crise econômica que o país atravessou, especialmente na década de 80, o setor agrícola foi o que manteve os melhores índices de crescimento e renda. Demonstrando o quanto o setor colaborou com o país nos períodos mais difíceis , mesmo sem ter mais apoio do governo. Graças aos investimentos feitos na década anterior a agricultura pôde desempenhar, em parte , suas funções na economia brasileira.

O governo Sarney termina desacreditado com um plano econômico que não deu certo, um Estado falido em finanças e uma inflação astronômica ( chegando a uma taxa de mais de 2000% ao ano). Entra em 1990 o governo de Fernando Collor que sobre a carapuça de liberal faz um verdadeiro desmanche no que ainda restava de estrutura de apoio a agricultura .

Com sua nova política agrícola tornou ainda pior a situação da agricultura no Brasil, pois foi nesse período que extinguiu vários órgãos de apoio técnico e acompanhamento dos produtores agrícolas como a CFP( Companhia de Financiamento da Produção); a CIBRAZEM; a COBAL; o Banco Nacional de Crédito Cooperativo dentre outros. E com isso o setor sofreu sem o importante apoio técnico, tecnológico e financeiro dado por essas entidades. Isso permitiu que o PIB do setor despencasse a níveis negativos como nos piores momentos da década anterior, como mostra a tabela a seguir, a taxa de variação do PIB

agropecuário em 1990, ano do início do governo Collor, chegou a um dos patamares mais baixos de -4,4% no ano.

Esta posição do governo brasileiro em desarticular toda a estrutura agrícola existente no país escondia, na verdade, a total falta de condições financeiras de apoio a agricultura, o desequilíbrio das contas públicas e a saturação do poder de endividamento do Estado. O que tornava impossível qualquer apoio aos setores produtivos do país quer seja indústria ou agricultura não havia como promover ou incentivar seu crescimento naquele momento e dessa forma, todo o país sofria com uma grande recessão.

Tabela 1.4  
Taxa de Variação Real do PIB por Setor (% ao ano)

Ano	Total	Indústria	Taxa de variação agropecuária	Serviços
1980	9,1	9,1	9,6	8,7
1981	-4,4	-8,8	8,0	-2,2
1982	0,6	0,0	-0,5	2,0
1983	-3,4	-5,8	-0,6	-0,8
1984	5,3	6,6	3,4	4,1
1985	8,0	8,3	10,0	6,5
1986	7,5	11,8	-8,5	8,2
1987	3,6	1,1	14,9	3,3
1988	0,1	-2,6	0,6	2,4
1989	3,2	3,0	2,5	3,6
1990	-4,0	-8,9	-4,4	-0,7

FONTE: BACEN

Na verdade o que ocorre é que como a agricultura depende de fatores naturais como clima, solo, etc ela torna-se uma atividade de risco e mesmo com toda modernidade se ela ainda possui o fator natureza, este independente do homem, precisa de certas seguranças extras para que o produtor possa ter algum incentivo a produzir sempre mais, e como o bom desempenho econômico de um país passa antes de mais nada pela agricultura, quanto mais se

produz melhor. De qualquer modo o Estado e seu apoio ao setor é de fundamental importância para que este possa cumprir suas funções no desenvolvimento da melhor forma.

#### **1.5) Notas conclusivas:**

O complexo rural foi a primeira forma de organização da agricultura no Brasil, este tinha como característica principal a inexpressiva divisão do trabalho e a detenção total de todo o processo produtivo dentro da fazenda.

Com o fim do trabalho escravo outras formas de produzir foram surgindo como o colonato, a divisão do trabalho passa a ganhar importância. O complexo cafeeiro surge como o grande impulsionador da economia mas ainda com bases no mercado externo, este complexo é que possibilita o surgimento das pequenas manufaturas para o café e a divisão campo- cidade traz o surgimento do mercado interno.

A necessidade de produzir cada vez mais impulsiona o setor em busca de novas técnicas mais eficientes de produção, primeiro tem-se um crescimento extensivo da agricultura e, após a modernização com a importação de insumos para o setor tem-se um crescimento intensivo com ganhos de produtividade.

O problema maior enfrentado a partir de então era a limitada capacidade de importar máquinas e equipamentos esta dependia do volume de divisas que pôr sua vez tinha com principal gerador o café. Foi na década de 60 que pode-se aumentar o processo de modernização com a internalização do D1 no país o que deslanchou o desenvolvimento do complexo agroindustrial no Brasil.

As políticas adotadas entre as décadas de 60 a 80 no Brasil tinham inicialmente o intuito de promover a modernização rápida do setor com linhas de crédito subsidiadas e até juros negativos porém com o ajuste externo na década de 80 acaba com este modelo para dar início ao modelo menos subsidiado desfavorecendo o crescimento ,até então acelerado, da agricultura. Mesmo assim consideramos que a agricultura conseguiu cumprir parte de seu papel no desenvolvimento industrial do Brasil.

Até 1994 a economia brasileira continua convivendo com altos índices de inflação e recessão, a partir de junho do mesmo ano entra em vigor o Plano Real que mudará mais uma vez todas as regras que até então vigoravam. Trará uma nova economia mais estável e com inflação baixa que dará mais confiança aos agentes econômicos do país.

O Plano Real teve suas particularidades que o tornam diferentes dos outros e isto fará com que a sociedade também o veja de forma mais confiável e não como mais um plano econômico a não dar certo. No capítulo 02 veremos como foram feitas as bases deste novo plano e de que forma ele funciona.

## Capítulo 02

### PLANO REAL : BRASIL / GLOBALIZAÇÃO

#### 2.1) Introdução:

O Brasil tem uma trajetória bastante peculiar no seu processo de busca por uma economia estável. Uma de suas principais peculiaridades é a convivência constante com a inflação, esta como em nenhum outro país tornou-se considerada até crônica por muitos especialistas, ou seja, a inflação já estava enraizada na economia, o que significava um enorme prejuízo e atraso perante aos outros países. Sem contar que fadava o Brasil a ser um país sem condições de promover seu crescimento econômico estável.

Por esse motivo é que tantas tentativas e diagnósticos foram feitos com relação a inflação no Brasil. Tornar-se especialista em inflação com o intuito de expurgá-la de vez da economia com vários planos econômicos postos em prática em um curtíssimo espaço de tempo somente com a intenção maior de exterminar o chamado grande dragão da inflação, sendo que a maioria desses planos fracassou em pouco tempo.

De 1986 a 1989 pelo menos quatro planos de estabilização foram lançados, sem contar com os pequenos pacotes fiscais, entre eles temos: o Plano Cruzado ( de 28/02/1986) que chegou a uma taxa mensal de inflação de até 15% ao mês; o Plano Cruzado II ( de 11/1986 a 06/1987) com taxas de inflação de até 20% ao mês; o Plano Bresser ( de 12/06/1987) com inflação de até 70% ao mês e o Plano Verão ( de 14/01/1989) com inflação de até 20% ao mês.

O Plano Real também foi uma dessas várias tentativas de eliminar o problema da crônica inflação no Brasil, mas com alguns aspectos peculiares que o diferencia das tentativas anteriores, é que o Plano Real pôde dispor de maior êxito em seu intento o que se traduziu numa economia estável por mais de quatro anos. Porém o preço pago pela sociedade na obtenção dessa estabilidade econômica está sendo muito alto e, às vezes dá para se questionar se vale mesmo à pena sacrificar tantos segmentos importantes da economia e tantos empregos por uma inflação baixa e preços estáveis.

Neste capítulo tentar-se-á apresentar quais são as principais bases de sustentação do Real como elas estão sendo utilizadas e a forma de implantação do Plano Real, ou seja, sua descrição de forma rápida para que mais adiante possa auxiliar na compreensão do objetivo deste trabalho.

## 2.2) Antecedentes:

O Brasil entra os anos 90 num cenário desastroso para a economia que após o primeiro governo não-militar não consegue melhorar seu quadro de expectativas futuras para a macroeconomia do país.

O primeiro governo da década, o de Fernando Collor de Melo, começa a tomar as resoluções para colocar o Brasil dentro da chamada nova ordem mundial. O neoliberalismo estava sendo imposto pelos países desenvolvidos aos países em desenvolvimento como uma nova e única forma de retomar o crescimento econômico estável. Assim, Collor seguindo as orientações internacionais do Consenso de Washington<sup>11</sup> adotou políticas de liberalização e desregulamentação da economia como: atrair investimentos externos, *liberalizar fluxos comerciais, redução do papel do Estado, privatização de empresas estatais, etc.* (Melo;1999;33)

Pode-se afirmar que foi o início da introdução do Brasil no processo de globalização e as bases do Plano Real no qual tem sua âncoragem no câmbio e nos juros altos.

O plano Collor, apesar de várias tentativas, não vingou e o Brasil volta a conviver com as altas cifras inflacionárias ( em torno de 40-50% ao mês), dessa forma

---

<sup>11</sup> Consenso de Washington: conjunto de diretrizes, elaboradas pelo economista John Williamson, voltado a resolver os problemas de países com crise de dívida externa principalmente através da abertura externas desses países. Exigências estabelecidas para os países latino-americanos: disciplina fiscal, priorização dos gastos públicos, reforma tributária, liberalização financeira, regime cambial, liberalização comercial, investimento direto estrangeiro, privatização, desregulamentação. ( Malaguti *et al*, 1998)

Collor deixa o governo( através do impeachment) assumindo Itamar Franco, seu vice, que sem crédito não consegue mudar muito a já tão difícil situação brasileira.

No final do governo Itamar assumi a pasta da fazenda o então senador da república o sociólogo Fernando Henrique Cardoso que traz consigo um diagnóstico das causas dos problemas enfrentados pela economia brasileira. Neste diagnóstico constava que a grande causa da inflação no país eram as contas públicas, ou os gastos do governo que eram maiores do que sua arrecadação, este fato acarretava ao país grande prejuízo porque se alguém gasta mais do que arrecada tem que financiar esta diferença de algum modo. No caso de um país existem duas soluções ou emite-se moeda , o que causa a sua desvalorização e perda de suas funções, ou pede-se emprestado o que ocasiona aumento da dívida interna e externa além de aumentar o pagamento de juros ou emite-se títulos da dívida pública que terão que ter um bom prêmio para atrair compradores.

Todas estas soluções de uma forma ou de outra acarretam desvantagens ao país que terá de solucionar o problema cortando o mal pela raiz ou seja saneando suas contas, mas esta tarefa não seria nada fácil no limite em que se encontrava o orçamento da União, principalmente, após a Constituição de 1988 que trouxe mais responsabilidades ao Estado sem uma contrapartida de arrecadação.

A chamada Exposição de Motivos não só dava as causas do problema crônico do Brasil como também trazia uma série de propostas de mudanças no país de modo a obter uma futura estabilização. Eram medidas muito parecidas com as que já haviam sido tomadas em outros países Latino-americanos para torná-los uma economia aberta de acordo com a chamada “nova ordem mundial”.

O modelo básico consistia em: *uso da taxa de cambio como meio de combate a inflação ; abertura da economia às importações através da redução de tarifas e desregulamentação alfandegária; abertura financeira externa com a adoção de políticas de incentivo à entrada de capitais financeiros-especulativos; ajuste fiscal e austeridade*

*monetária, combinados com medidas de desindexação; insistência em políticas de desestatização (Oliveira;1997:02).*

### **2.3) O Plano Real:**

O Plano Real surge então como uma nova tentativa de corrigir a economia do Brasil só que com algo a mais do que os outros seus antecessores. Este estava sendo proposto em bases mais confiáveis nada de congelamento de preços ou novos indexadores e sim um plano mais organizado dividido em etapas a serem superadas pouco a pouco, cumprindo os prazos e colocando em prática as medidas necessárias para se alcançar a estabilização.

A inflação havia destruído a moeda o cruzeiro real, ou seja, ela já não mais tinha possibilidades de cumprir suas funções básicas que eram meio de pagamento, reserva de valor, e unidade de conta. O imposto inflacionário já havia corroído a moeda em especial como reserva de valor, tornando necessário a mudança para outra moeda mais forte. Seguiu-se a uma total indexação da economia, *seguido de uma reforma monetária que implicaria na desindexação total da economia, prevendo a substituição gradual da moeda velha, desgastada pela inflação por outra indexada ao índice de inflação e atrelada ao dólar*(Pedrosa;1999:44).

#### **2.3.1) As etapas do Plano Real:**

O Real foi implantado através de sucessivas etapas nas quais teriam de ser cumpridas metas para que o plano chegasse ao sucesso. A primeira delas foi o saneamento das contas públicas o que originou a proposta do fundo social de emergência( FSE).

Com a finalidade de flexibilizar as contas do governo este consistia em reter um total de 20% dos impostos e contribuições que logo de início foi relutado pois implicaria em menos recursos para estados e municípios, assim houve o aumento dos

tributos a redução no prazo de recolhimento e combate a sonegação além da criação da IPMF (Imposto Provisório sobre Movimentação Financeira) no valor de 0,2% sobre o valor da transação.

A Segunda etapa consistiu , basicamente na implantação da URV(unidade real de valor). Esta etapa tinha um prazo máximo de duração de noventa dias pois caso ela se estendesse por muito tempo poderia agravar a situação inflacionária do país. Mas em que consistia a URV, considerada o detalhe que diferenciou o real dos outros planos antes fracassados? Qual seu objetivo?

A URV teve por *objetivo realinhar os preços, mantendo o poder de compra dos agentes econômicos, constituindo-se um processo de indexação total na economia.*(Pedrosa;1999:45). A URV era um indexador diário para equilibrar os preços. Tinha sua formação baseada nos principais índices inflacionários do governo ( IGP-M; IPCA-E; IPC-FIPE) .Todos os salários foram convertidos com base na media dos últimos quatro meses e passados para URV. De início a URV causou um aumento nos índices de preços devido a desconfiança dos agentes econômicos, pois o Real seria colocado em circulação mas seria avisado com um prazo de 35 dias de antecedência, dessa forma o medo de que mais uma vez o plano fracassasse os agentes trataram de se defender.

#### **2.4) Principais pontos do Real:**

Com a introdução do Real ocorreu a desindexação da economia, a URV foi trocada pela nova moeda já restabelecida suas funções graças as medidas tomadas anteriormente. A nova unidade monetária veio acompanhada de outras medidas: altas taxas de juros que significavam contenção de demanda e atração de capitais externos que serviriam de base para sustentar o Plano através das chamadas âncoras cambial e monetária as principais responsáveis pela estabilização do Real. Assim de acordo com Oliveira ( 1997:28)

*A ancoragem cambial passou a assumir importância crescente a partir desta fase, pois o Real seria lastreado no nível de reservas estrangeiras, fazendo com que o mercado cambial passasse a sinalizar a saúde do processo de estabilização.*

*Além disto a política monetária passou a adotar um sistema de programação que estabelecia limites de emissão para os próximos seis meses. Na realidade, a política monetária se transformou num sinalizador de austeridade por parte do governo.*

#### **2.4.1) A Política Cambial:**

A política cambial foi uma dos principais artificios utilizados para manter o nível de preços baixos e a estabilização garantida, porém esta seria uma medida que seria utilizada por pouco tempo durante a realização das reformas mais profundas na economia como a do sistema previdenciário.

Antes do Real a taxa de câmbio era dita real ou seja, a cada aumento dos preços internos seriam incorporados à taxa de câmbio esta era fixada pelo Banco Central.

A partir do Real novas medidas foram tomadas para regularizar a nova política cambial porquê esta agora, após abertura econômica os preços dos importados estariam mais baratos, aumentando as importações e gerando déficits de conta corrente que seriam cobertos pela entrada de capitais externos, especialmente de curto prazo, e estes capitais afetariam nos preços internos e na modernização do setor produtivo(Pedrosa,1999).

O câmbio estava livre a mercê dos ditames do mercado o Banco Central não mais estabilizava o câmbio. Sua cotação inicial foi de R\$ 1 = US\$ 1 em 30 de julho de 1994.

Como a estabilização, baixa dos preços e da inflação traria o aumento na demanda a abertura às importações impediria o aumento dos preços. Houve então, a redução nas tarifas e alíquotas. Com isso a indústria interna foi bastante penalizada pois não estava preparada para concorrer com indústrias de nível internacional com preços bem menores e qualidade muitas vezes superior, especialmente os produtos vindos da Ásia, o que levou a falência muitas industrias nacionais e com isso a diminuição da atividade

econômica e um maior índice de desemprego, subemprego e aumento de pessoas no setor informal da economia.

**Tabela 2.1- Vendas externas do Brasil  
(Valores em US\$ milhões, FOB)**

	Exportações	Saldo comercial
1985/89*	28 476	13 453
1990/94*	36 185	12 067
1995	46 506	- 3 466
1996	47 747	- 5 599
1997	52 900	- 6 765
1998	51 120	- 6 614
1999	48 011	- 1 198

\* MÉDIA DO PERÍODO

FONTE: SECEX

**Tabela 2.2- Principais mercados de destino**

Estados unidos	22,4%
Argentina	10,9%
Holanda	5,6%
Alemanha	5,5%
Japão	4,5%

BASE: JANEIRO A SETEMBRO/99

FONTE: SECEX

Desde o lançamento do Real a trajetória do câmbio foi de queda e de aumento na oferta de divisas indo de US\$ 3 milhões de abril/junho de 1994 para US\$ 163 bilhões em julho/setembro de 1994( Pedrosa;1999). O dólar chega a R\$ 0,82 em outubro de 94 obrigando ao governo a intervir para regular a oferta- demanda de divisas, ficando estável até fins de 94 quando ocorre a crise do México onde novamente o Banco Central intervém

no mercado devido a grande saída de dólares, para evitar um aumento no câmbio que compromettesse a estabilidade da economia.

Em janeiro de 95 foram retiradas várias medidas adotadas em 94 quanto as contratações de câmbio de exportação devido ao déficit comercial causado pelo grande aumento das importações por motivo da valorização do Real e a abertura da economia. No mesmo período foi introduzido o sistema de banda cambial, devido a intensificação de saída de capitais, esta foi de inicialmente de R\$ 0,86-R\$ 0,90 por dólar.

A balança comercial continuou gerando crescentes déficits a partir de abril/95 começa então, a haver ligeiras desvalorizações do Real. Em 21 de junho de 95 foram implantados os leilões de spread.

Em 96 manteve-se a política de bandas e intrabandas com limites de R\$ 0,97-R\$ 1,06 onde o Banco Central atuaria sempre que os limites fossem ameaçados e facultativamente dentro dos limites da banda.

Desde então, o governo vem desvalorizando gradativamente o Real chegando a 7,5% em 97 e 8,27% em 98. Esta medida não tem surtido muito efeito pois os outros países como Rússia e México tem feito o mesmo.<sup>12</sup>

Mesmo com a gradativa desvalorização o Real ainda estava bastante valorizado, em relação ao dólar, até o início de 99 quando ocorreu uma maxidesvalorização da moeda para tentar reajustá-la no mercado e, dessa forma, tentar promover as exportações brasileiras que, com o dólar muito barato, estavam desincentivadas provocando um déficit ainda maior no balanço de pagamentos.

Como podemos constatar com o gráfico a seguir o dólar entra o ano de 99 custando R\$ 1,20 ( janeiro) com a desvalorização ele chega a picos de mais R\$ 2,10 entre

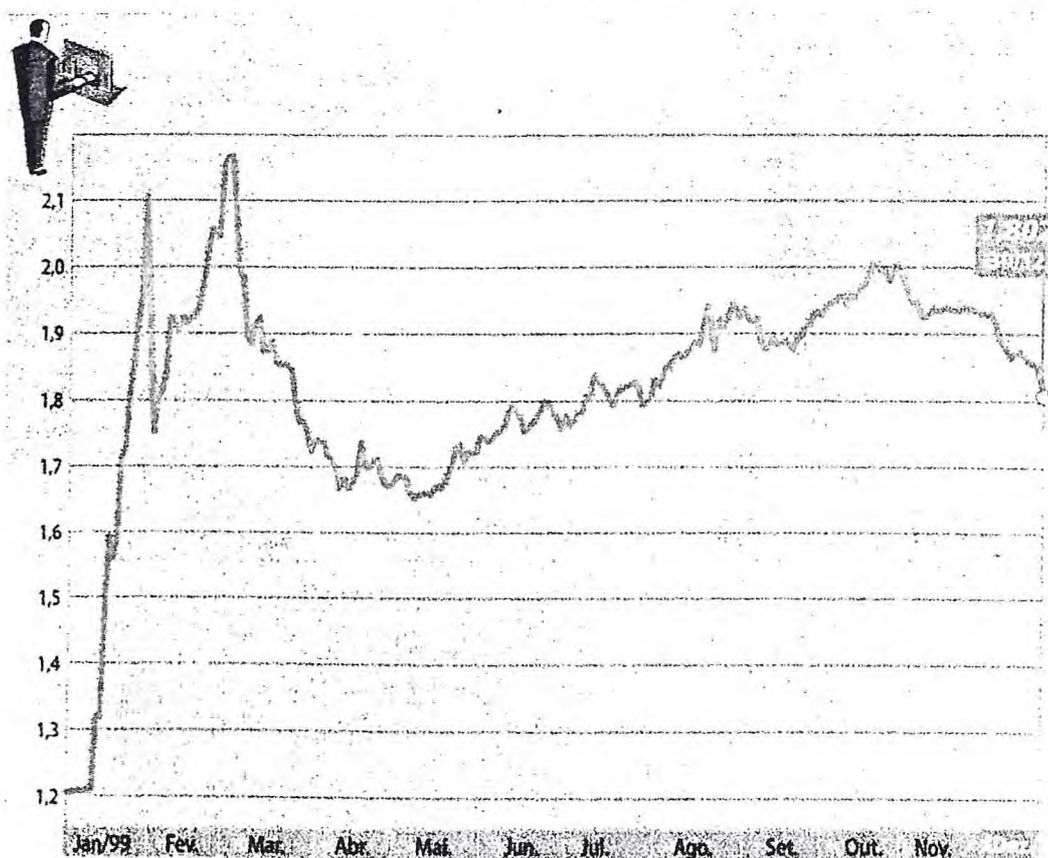
---

<sup>12</sup> PEDROSA, Antonio Celso G. **O crescimento econômico no plano real (um comparativo com os planos cruzado-1986- e collar-1990)**. 1999, Monografia (bacharelado em economia). Faculdade de Economia, Atuária, Administração e Contabilidade da Universidade Federal do Ceará, 1999.

fevereiro e março de 99. De abril até o final de 99 o dólar oscila entre R\$ 1,70 e R\$ 2,00, fechando o ano em R\$ 1,80.

Esta desvalorização colocou o Real em patamares mais condizentes com a realidade econômica do país facilitando a vida de muitos setores da economia brasileira, especialmente os exportadores.

**Gráfico 2.1 – Valor do US\$, em R\$**



FONTE: SECEX

#### 2.4.2) Taxas de Juros:

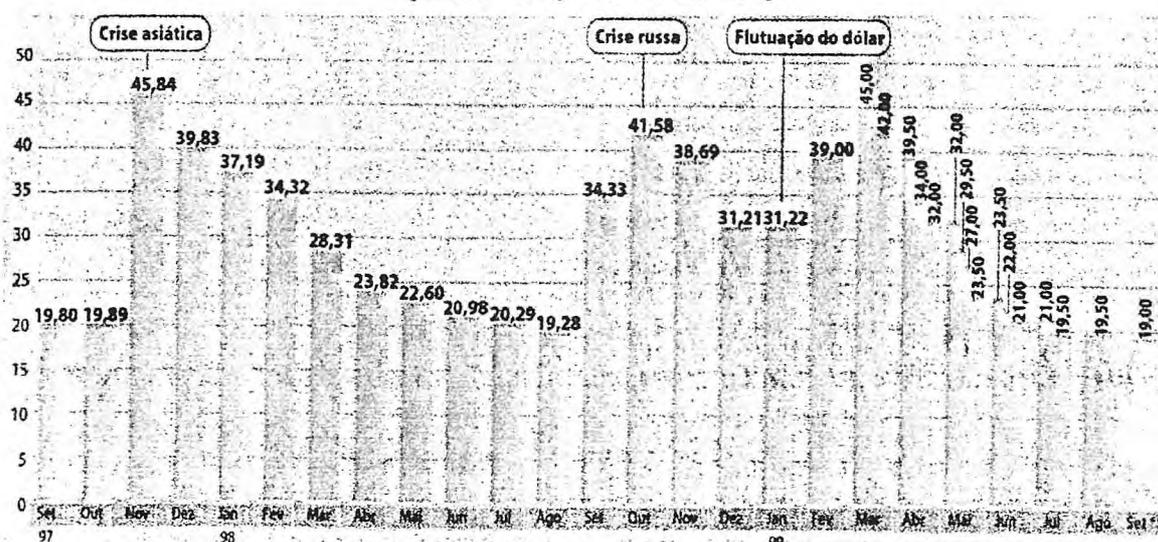
Um dos pontos mais importantes no Plano Real era manter o nível de preços baixos, e para isso era necessário conter a pressão inflacionária que, pelas experiências anteriores, era dada principalmente pelo aumento extraordinário do consumo. Para

conseguir manter os preços sob controle foram tomadas medidas como o incentivo às importações através da valorização cambial e a redução das tarifas e barreiras alfandegárias e a contenção da expansão monetária através de uma rígida política monetária restritiva.

Com o câmbio semi- fixo e uma moeda forte, resultou em altas taxas de juros que tinham dois objetivos atrair capitais externos, de curto prazo e voláteis, e conter a liquidez que diminuiria a demanda que , por sua vez, conteria a inflação.

As altas taxas de juros acabaram por servir como um salva-vidas em momentos de crises internacionais porque a cada turbulência nos países em desenvolvimento que pudesse afetar a economia brasileira e gerar uma fuga de capitais internacionais a taxa de juros aumentava a níveis altíssimos para evitar que isso acontecesse. Pois os capitais internacionais eram de fundamental importância para a estabilidade econômica do Brasil porque eram eles que davam o suporte a balança comercial do país já que esta a muito permanecia deficitária.

**Gráfico 2.2 – Taxa de Juros Básicos  
(taxa Selic, em % ao ano)**



FONTE: BC E FOLHA

A taxa de juros é um dos principais instrumentos de política monetária, sendo assim um dos meios de controle para obter a estabilização da economia brasileira mais utilizados no Plano Real. Como o Brasil vinha de um histórico longo de altas taxas de inflação, que significa principalmente fuga para ativos financeiros que não seja a moeda corrente, aversão à moeda fragilizada pelo imposto inflacionário e demanda reprimida.

O que se espera às voltas com uma sensível queda da inflação é uma demanda muito grande por moeda para fins de obtenção de bens no mercado, ou seja, uma remonetização muito rápida no período de estabilização que pode significar uma ameaça a estabilidade se esta remonetização for para adquirir bens e outros ativos financeiros. Para evitar que isto aconteça, uma demanda exagerada, é preciso estimular os agentes econômicos a reter seu dinheiro, isto é, mantê-lo aplicado. É nesse momento que a taxa de juros torna-se crucial pois ela é quem indica o, digamos, valor do prêmio ao agente por manter este dinheiro aplicado, assim quanto maior os juros mais atrativos são as aplicações.

Só que por outro lado os juros altos também tem seu lado adverso, primeiro porque desestimula os investimentos produtivos pois se uma aplicação financeira dá mais retorno do que um investimento em algum tipo de atividade claro que o agente preferirá a aplicação do que o investimento. Essa forma de preferência traz maiores prejuízos quando pensamos no efeito multiplicador que uma atividade produtiva traz em relação à uma simples aplicação financeira. Segundo porque os juros altos refletem-se na dívida pública pois estes serão pagos pelo governo nos serviços da dívida o que acarreta um aumento no montante devido pelo governo.

Outras formas de controle monetário também foram utilizadas como o aumento do recolhimento compulsório dos bancos, o redesconto e o rígido controle do crédito, mas os juros acabam como sendo uma âncora mais firme porque atraí os capitais estrangeiros para o país estritamente necessários para manter a balança comercial do Brasil e sustentar o grande nível de importações. Por esse motivo é que manter as divisas num bom nível é essencial porque as importações de produtos são quem garantem uma menor

pressão sobre os preços dos produtos no Brasil, sem elas a demanda pós-Real não teria sido atendida e cairíamos no mesmo erro dos planos anteriores.

Por fim a dependência demasiada à taxa de juros dá-se porque: 1) controle do nível de remonetização da economia, ou seja controle da liquidez; 2) atração de capitais externos para manter o nível de divisas necessárias à possibilitar as importações cruciais para manter os preços baixos e o câmbio elevado; 3) incentivar os agentes econômicos a reterem capital nas aplicações financeiras. Por outro lado os juros elevados interferem de maneira negativa no investimento produtivos e nas exportações tanto pelo lado do câmbio valorizado quando pelo lado do barateamento dos produtos importados.

### **2.5) Resultados:**

O Brasil teve um crescimento bom nos dois primeiros anos de plano Real, em 1994 o crescimento foi de 5,8% e em 1995 de 4,2% este fato ocorreu, principalmente, porque as medidas aplicadas na economia para a entrada do Real estavam em pleno vigor, entre elas tivemos: a criação do Fundo Social de Emergência (FSE); a implantação de uma nova moeda mais forte trouxe também um aumento no salário real do trabalhador que possibilitou uma melhoria na distribuição de renda no país( isto em 1994) e a diminuição dos miseráveis existentes no Brasil.Com o aumento da renda muitas famílias puderam passar a alimentar-se melhor contribuindo também para o aumento nas vendas dos supermercados.

A estabilidade advinda com as novas medidas econômicas também colaboraram com o crescimento do país porque trouxe mais confiança por parte dos empresários na economia interna estimulando o investimento em novas máquinas, equipamentos e novas plantas. Este estímulo vindo da estabilidade foi acompanhado pela maior facilidade em ter crédito e financiamento dando condições aos empresários de colocar em prática os investimentos necessários para acompanhar a nova época em que o Brasil estava se inserindo.

O maior poder de compra por parte dos trabalhadores fez com que houvesse uma corrida as lojas para o consumo de bens, principalmente eletroeletrônicos para isto a retirada do dinheiro da poupança foi o meio mais utilizado pelos consumidores ocorrendo uma despoupança no país. Todas essas medidas acabaram, de uma maneira ou de outra, incentivando o consumo que mais tarde terá de ser freiado a abertura para os mercados externos também teve uma grande participação nesta explosão de consumo porque possibilitou a entrada de produtos mais baratos e a preços menores do que até mesmo os fabricados no Brasil.

A partir de 1996 o crescimento do país começa a desacelerar rapidamente: 1996: 2,8%; 1997: 3,0%; 1998: 1,2% e em 1999: 0,8%. Tendo como principais causas:

- A redução nos ganhos reais de salários e rendimentos que novamente reduz o poder de compra do trabalhador.
- As privatizações que fazem reduzir a participação do Estado na economia do país, este passa então a investir menos e consequentemente empregar menos e gerar menos renda.

A abertura ao mercado externo ,principalmente sem antes haver uma “preparação” por parte da indústria nacional para uma competição com indústrias fortes do mercado internacional, o que ocasionou um colapso nas indústrias nacionais que ou adequavam- se as novas regras rapidamente ou estavam fadadas a falência. Sem contar com a enxurrada de produtos asiáticos( especialmente têxteis) que invadiram o mercado a preços bem mais atrativos do que os nacionais, levando muitas indústrias a falência.

- O câmbio valorizado que dificultou as importações em especial de máquinas e equipamentos.
- Os sucessivos déficits na balança de pagamentos devido as importações crescerem mais rapidamente do que as exportações.
- O desequilíbrio fiscal do país, o Brasil arrecadando menos do que gasta é obrigado a financiar estas dívidas com a emissão de títulos que para serem atrativos tem que pagar um bom prêmio este é o juro que quanto mais alto mais atrativo é. Assim a dívida pública cresceu nos últimos cinco anos de forma geométrica tornando muito perigoso para a estabilidade do país e para a sua credibilidade também.

- Para que o problema do déficit fiscal seja sanado é preciso que o país passe por profundas reformas no seu contexto fiscal, administrativo e previdenciário estas questões no entanto estão sendo adiadas ao máximo e chegará o momento em que não haverá como mais adiar ficando todo o futuro do Brasil dependente destas reformas cruciais mais que estão sendo levadas a “passos de tartaruga”.

## **2.6) Notas Conclusivas:**

O Plano Real foi uma das muitas tentativas de controle inflacionário feitas pelo governo e que diferenciou-se dos demais por vários fatores peculiares a ele como: uma espécie de preparação das contas públicas ditas como primordiais para o sucesso do Plano.

Esta preparação consistiu em regulamentar as contas através do FSE, passando a controlar com maior rigidez as contribuições e impostos além de combater mais eficaz a sonegação. Após a tentativa de sanear as contas do governo pôs-se em prática um regime de superindexação da economia através da URV com o objetivo de realinhar os preços no país. Por último a implantação da nova moeda já reposta as suas funções o Real.

O Plano Real teve como base de sustentação o mercado aberto às importações, o câmbio valorizado para estimular as mesmas, uma política monetária restrita que trazia consigo altas taxas de juros. Assim com o regime de câmbio valorizado e altos juros o país começa a desfavorecer a atividade produtiva interna, a oferta de empregos e a indústria nacional, além de ficar bastante suscetível as instabilidades do mercado internacional pois cada risco ou especulação em qualquer país com situação parecida com a do Brasil, mesmo que do outro lado do mundo, é motivo de pânico no mercado brasileiro trazendo consequências como aumento de juros e desvalorização da moeda.

Com o Plano Real o Brasil entra definitivamente no mundo globalizado, através da abertura do mercado nacional e a adoção de medidas neoliberais como forma de buscar uma solução para o problema da inflação e a estabilidade da economia nacional.

Essa inserção do Brasil na globalização trouxe consequências e mudanças muito profundas para a economia nacional, se por um lado trouxe a estabilidade dos preços por outro promoveu a falência da indústria brasileira. A agricultura, como segmento econômico, também sentirá as mudanças e se modificará para adaptar-se a elas. No capítulo seguinte ver-se-á quais as consequências ocorridas no setor agrícola após o Plano Real.

## Capítulo 03

### O PLANO REAL E O CENÁRIO AGRÍCOLA BRASILEIRO

#### 3.1) Introdução:

Pesquisas feitas por entidades internacionais, como a Food Agriculture Organization (FAO) órgão das Nações Unidas, com relação à fome, a desigualdade social e a concentração de renda mostram que neste novo século que se inicia as desigualdades, a fome e a miséria estarão cada vez mais marcantes, ou seja, nos países ricos haverá mais riqueza e abundância enquanto que nos países pobres a fome, a desnutrição e a miséria estarão cada vez mais presentes. O que tornará este fator verdade não será a tão temida escassez de alimentos e recursos naturais, mas a má distribuição dos alimentos no mundo.

Enquanto toneladas de alimentos são jogados no lixo ainda em condições de consumo em países ricos, em outros países ao sul da África pessoas brigam por uma migalha de pão, sem falar no que é desperdiçado na colheita, por técnicas impróprias de retirada dos alimentos do solo.

Contrariando as visões alarmistas todas as recentes projeções indicam que haverá comida suficiente para alimentar a população do planeta, em 2025 serão 3 bilhões de toneladas de cereais para alimentar 8 bilhões de pessoas, porém a fome ainda ocorrerá muito no mundo.

No mundo, cerca de 13% da população total que são consideradas subnutridas, destas a maioria na África. O problema da insegurança alimentar e da subnutrição não está na produção mas, na distribuição desses alimentos. As causas dessa má distribuição vem das guerras, que trazem muita miséria e fome, a falta de acesso a educação, a instabilidade política dos países e a falta de acesso às sementes, fertilizantes e água além de técnicas para o plantio em áreas desfavoráveis a agricultura. O agravamento do problema da fome é ainda maior com o crescimento populacional nesses países pobres.

No Brasil, o problema da fome também é muito grande, milhões de pessoas são miseráveis e não tem condições de suprir suas necessidades básicas. O principal fator que leva o Brasil a ter essa grande disparidade com milhões de pobres e miseráveis e alguns ricos é a sua má distribuição de renda, onde os ricos ficam cada vez mais ricos e os pobres cada vez mais pobres.

O Brasil tem a pior distribuição de renda do mundo há décadas, mas possui renda para eliminar a pobreza, mesmo assim a desigualdade entre ricos e pobres é cada vez maior. Uma das principais causas do problema foram as condições históricas do país e o seu tamanho, em um país de dimensões menores e população mais homogênea é mais fácil erradicar os problemas sociais.

Para termos uma idéia da forte concentração de renda no Brasil basta dizer que os 1% mais ricos da população detém 13,8% da renda total e os 50% mais pobres, 13,5% da renda, ou seja um rico ganha o mesmo que cinquenta pobres.<sup>13</sup>

### **3.2) A Âncora Verde:**

Uma das bases de sustentação do Plano Real foi a agricultura que lhe permitiu manter os preços baixos através de uma grande oferta interna de alimentos, pois na safra anterior o governo incentivou o plantio das mais diversas culturas e o agricultor respondeu com um ano seguinte de safra recorde, e a importação de produtos agrícolas subsidiados em seu país de origem. O resultado foi uma oferta abundante de produtos alimentícios que beneficiou o assalariado brasileiro, que pôde ter comida boa e barata na mesa, mas o produtor brasileiro amargou uma perda na renda de mais de 25%, o que causou um prejuízo imenso para o setor.

A política agrícola do governo FHC por muito tempo ficou restrita à uma política de importações agrícolas o que provocou um aumento de despesas com as importações( só de 1993 à 1998 o aumento deu-se em mais de 168%). Esse grande aumento

nas importações agrícolas ocorreu também como resultado do acordo agrícola feito pelo Brasil na Rodada Uruguai do GATT ( Acordo Internacional de Tarifas e Comércio) em 1994, este acordo com o GATT , atual OMC<sup>14</sup>, obriga o Brasil a reduzir o apoio ao setor agrícola em US\$ 912 milhões/ ano até 2004. Limitando o apoio a agricultura nacional e tornando o país dependente das importações de produtos alimentícios, o que é uma política altamente danosa para a agricultura nacional porque subordina a agricultura aos interesses de expansão de mercado dos países ricos, acentuando a dependência até mesmo de tecnologias utilizadas nas lavouras.

A política de importação de produtos agrícolas é altamente danosa para a produção agrícola nacional primeiro porque traz produtos subsidiados lá fora para o país, como o milho , o algodão e o trigo que recebem subsídios do seu país de origem e chegam ao Brasil com o preço abaixo do de mercado e com defasagem cambial além do pagamento muitas vezes ser mais facilitado para o produto importado. Essa imposição na baixa dos preços faz com que o produtor rural ganhe cada vez menos pois fica impossibilitado de vender seu produto por um preço que cubra pelo menos seus custos de produção e não tem condições de estocar para vender numa melhor hora ou numa entre-safra ,já que até para estocar tem que haver um mínimo de despesas que o produtor não pode arcar.

Com uma menor renda no campo as produções ficam cada vez menores o que leva o governo a estimular mais ainda as importações de produtos agrícolas para manter os produtos da cesta básica e as matéria-primas com preços estáveis. A essa forma de prender os preços agrícolas num patamar baixo , bem como os preços dos insumos através de importações desenfreadas chamou-se âncora verde do Real, que segurou os preços os preços agrícolas, por muitas vezes até diminuindo-os, e garantiu uma oferta suficiente para atender a demanda interna por alimentos.

---

<sup>13</sup> Dados da Síntese de Indicadores Sociais 1999 do IBGE ( Fundação Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística).

<sup>14</sup> OMC( Organização Mundial de Comércio): Substituiu o GATT ( Acordo Geral de Tarifas e Comércio) em 1994 que consiste em um tratado multilateral de comércio internacional, tendo por princípio básico o livre comércio.

Os poucos instrumentos de política agrícola que ainda restavam foram abandonados de vez com o Real, como os preços mínimos que não tinham reajustes e conseqüentemente não cobriam os custos do produtor. Muitas vezes compensa mais deixar o produto apodrecer no pé do que colhe-lo para vender às agroindústrias ou mesmo direto ao consumidor.

**Tabela 3.1- Safras Colhidas no Brasil  
(milhões / toneladas)**

Ano	91/92	92/93	93/94	94/95	95/96	97	98	99	2000*
	68,23	68,31	75,99	81,09	71,54	77,5	76,4	83,7	84,5

FONTE: CONAB E FIPE

\* PREVISÃO

**Tabela 3.2 - Área Total Plantada no Brasil  
(milhões / hectares)**

Ano	91/92	92/93	93/94	94/95	95/96	97/98	98/99
	38,4	35,6	39,0	38,4	36,1	35,7	37,6

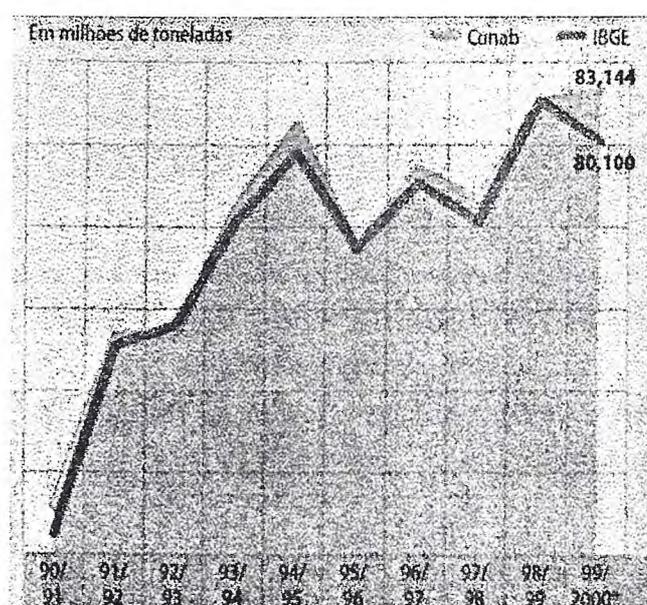
FONTE: CONAB E FIPE

Com todas as dificuldades de plantio, falta de crédito, garantias para plantar entre outras a produção agrícola no Brasil a cada ano é uma incógnita, se o preço do produto no mercado esse ano está bom na próxima safra este certamente terá um aumento na sua produção, porém se o mercado esse ano foi mal acontece o apostado e assim a cada ano o total das safras no Brasil sobem ou descem de acordo com os preços dos produtos no mercado. Para ter-se uma idéia na safra de 97 colheu-se 77,5 milhões de toneladas de grãos, em 98 foram 76,4 milhões e em 99 foram 83,7 milhões um verdadeiro sobe e desce nos números. E mesmo com a safra de 99 considerada recorde esta ainda muito abaixo do potencial que o país possui de plantar que a estas alturas teria que passar dos 100 milhões de toneladas. Essas oscilações de safras ano a ano comprova que não há nenhuma política

de apoio ao produtor rural que lhe dê a segurança necessária para manter-se no setor, ou seja falta uma política agrícola séria de longo prazo.

Com as oscilações nas safras, o Brasil só utiliza 36% das suas terras agricultáveis e, segundo a CNA (Confederação Nacional da Agricultura), nos últimos 10 anos houve uma redução de 7,1 milhão de área plantada em grãos no país, sendo que a maior redução deu-se nos primeiros quatro anos de governo Fernando Henrique Cardoso onde de 94/95 para 97/98 houve uma redução de 7,8% na área total de grãos.

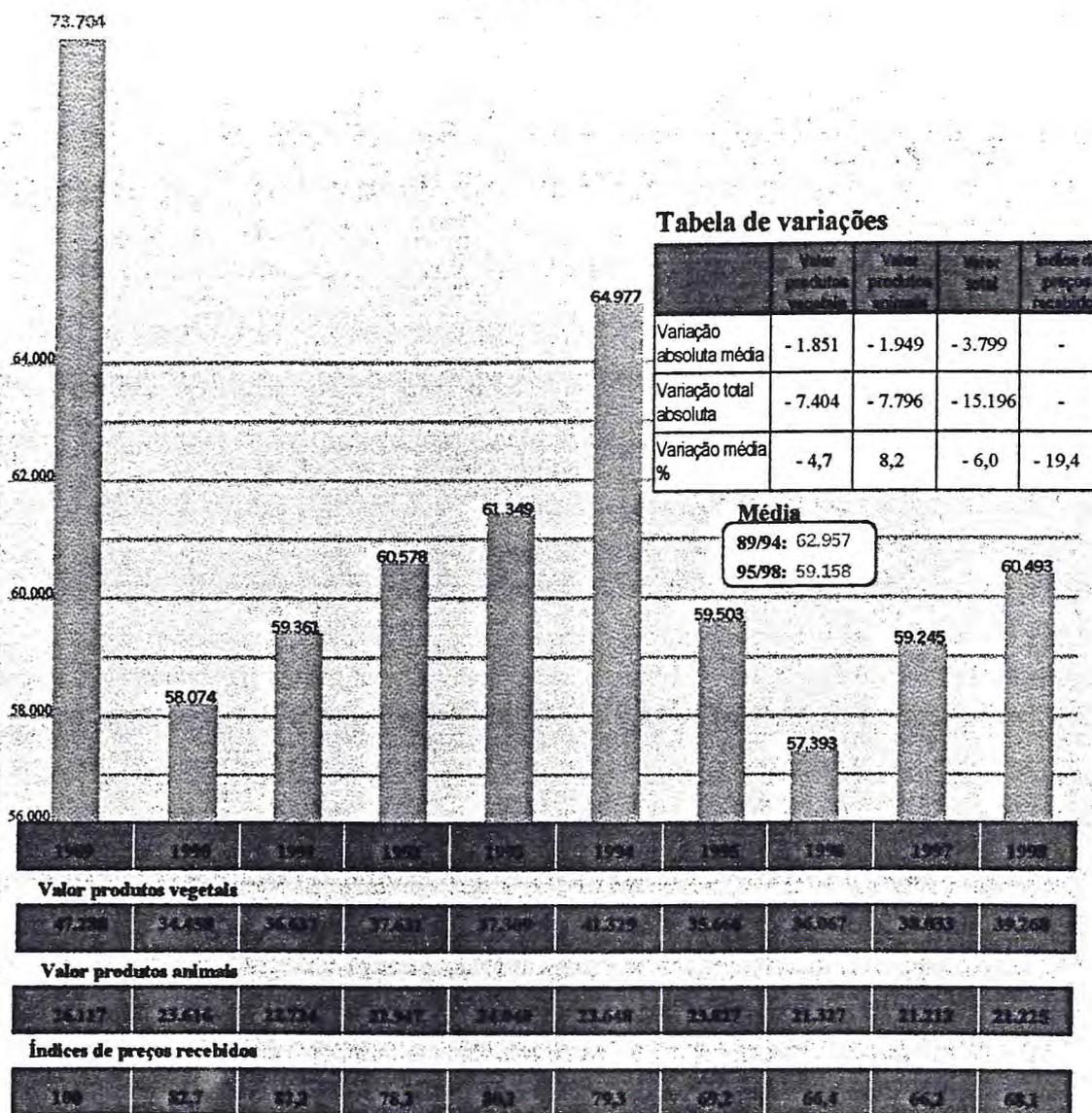
**Gráfico 3.1- As safras brasileiras nos últimos dez anos**



FONTE: CONAB E IBGE

(\*) Estimativas (para o IBGE, dados de dezembro/99)

**Gráfico 3.2 – Valor da Produção Agrícola  
( R\$ milhões)**



Fontes: IBGE, FGV- Agroanalysis, Safras e Mercados, Balde Branco e Anualpeg.

### 3.3) As necessidades da agricultura:

Como atividade primária, a agricultura é muito suscetível a qualquer fator externo quer seja advindo das próprias condições da natureza quer seja de fatores originários de políticas econômicas não apropriadas às necessidades do setor.

A atividade agrícola, desde muito tempo, nos grandes países desenvolvidos tem sido amparada por políticas protecionistas (mesmo após o paradigma neoliberal) que só tem ajudado no desenvolvimento do setor e conseqüentemente do próprio país. Pois, neste novo século que se aproxima com a população do planeta cada vez maior e o montante de terras agricultáveis cada vez menor é de fundamental importância que tanto a iniciativa privada como o governo estejam investindo mais e mais nas técnicas e tecnologias para o avanço no domínio da produção de alimentos com produtividade cada vez maior e espécies adaptadas às regiões de clima e solo até então impróprias para o plantio.

Este é um dos grandes desafios para o próximo século, produzir mais, melhor em locais de difícil adaptação para o plantio e espécies mais resistentes às pragas e doenças; para isso a agricultura conta com uma nova ciência a biotecnologia que é e será um instrumento muito importante para a superação dos obstáculos para conseguir uma agricultura que atenda as necessidades locais e ainda possa gerar divisas, ajudando também no desenvolvimento econômico do país.

Mas para a obtenção de qualquer objetivo é necessário, antes de tudo, um cenário favorável. No caso do setor agrícola para que este consiga seu objetivo, cumprir seu papel dentro da industrialização e do desenvolvimento econômico, ele precisa de apoio principalmente de ordem financeira. O crédito fácil a todos os produtores, não somente aos grandes, uma política agrária, uma política agrícola de médio e longo prazos são variáveis fundamentais ao desenvolvimento e crescimento do setor.

O que é observado no Brasil é justamente a falta de um apoio nesses aspectos impedindo que a agricultura cumpra suas funções básicas na economia. Sem as devidas bases para o desenvolvimento do setor torna-se inviável um crescimento estável e sustentável de qualquer país.

A agropecuária depende muito de decisões políticas, o que significa que muitas vezes dependência de lobbies e acordos políticos, e estas nem sempre são favoráveis ao pleno desempenho da agricultura que torna o governo, que deveria ser um agente de

apoio na maioria das vezes um agente que só confunde o setor. As mudanças constantes de estratégias de governo e a falta de subsídios ao produtor levam os mesmos a não ter estímulos a investir nas lavouras o que significa menos área plantada conseqüentemente menos produção agrícola o que pode acarretar preços mais altos para o consumidor.

Então se a política econômica não está em sintonia com os interesses rurais, ou seja se não há uma política agrícola definida por parte do governo que seja sólida e com cobertura de longo prazo o setor fica impossibilitado de crescer e gerar riquezas e divisas para o país e para o próprio setor. Esta falta de sintonia leva a um descompasso entre produção, comercialização e o preço acaba ficando abaixo do nível desejado pelos produtores isto ocasiona um endividamento do produtor pela falta de capital para pagar as dívidas contraídas nos bancos e conseqüentemente o endividamento e empobrecimento do setor. A redução das áreas plantadas observadas nos últimos anos deu-se principalmente pelos preços baixos dos produtos e pelo endividamento dos produtores que ficaram impossibilitados, por causa das dívidas, de investir na produção.

### **3.3.1) Conseqüências da abertura comercial:**

Outro fator que contribuiu com a queda na produção e investimento interno foi a abertura comercial do Brasil que inundou o país com produtos agrícolas subsidiados lá fora e mais baratos aqui dentro tornando o produto nacional menos competitivo e mais caro. Assim, enquanto o Brasil dava emprego e estímulo ao produtor rural lá fora o produtor nacional amargava com dívidas e preços que não cobriam seus custos.

A abertura comercial obrigou aos produtores brasileiros a adaptarem-se rapidamente a competição no mercado internacional, pois o governo não adotou qualquer medida de proteção do setor agrícola e o expôs ao mundo, porém os grandes defensores de políticas liberais no setor agropecuário são os maiores protetores da sua agricultura no mundo, ou seja os países ricos adotam uma postura de liberais para os outros países e altamente protecionista quanto ao seus produtos que são muito subsidiados e suas

fronteiras e barreiras aos produtos internacionais são as mais rigorosas e impeditivas possíveis é a velha política do faça o que eu digo mas não faça o que eu faço.

### **3.3.2) A concentração de terras:**

O que falta para a agricultura do Brasil é uma solução para os problemas de financiamento rural, crédito rural , taxa de juros, encargos , correção monetária e a definição de uma fonte de financiamento para o setor.

Além disso uma distribuição de terras , ou seja, reforma agrária que a muito deveria ter sido feita no Brasil , uma política de assistência ao pequeno produtor e uma distribuição de renda mais igualitária ajudariam a resolver o problema no campo para ter-se uma idéia 1% dos proprietários de terras detém mais de 50% delas e destes grandes imóveis 62% da área não é usada para fins produtivos.

A falência do Estado levou a escassez de recursos para subsidiar a agricultura o que obrigou os produtores a procurar financiamento do setor privado que incorre em juros altos, exigências de garantias também muito altas o que impossibilitou o pequeno produtor de conseguir empréstimos e quando conseguia , sem nenhuma garantia de que sua safra e colheita seriam suficientes para cobrir os gastos o produtor fica exposto a qualquer imprevisto que danifique sua produção e o impossibilite de pagar seus empréstimos nos bancos.

### **3.3.3) O agronegócio:**

O setor de agronegócio<sup>15</sup> foi o único que cresceu durante a crise que passou o país, sem falar na década perdida de 80 quando também , enquanto o Brasil chegava a níveis negativos de crescimento do PIB, o setor primário da economia tinha consideráveis acúmulos de crescimento no ano que sem ele certamente ter-se-ia passado por momentos

---

<sup>15</sup> Agronegócio ou Agribusiness: soma de todas as operações envolvidas no processamento e distribuição dos insumos agropecuários, as operações de produção na fazenda; e o armazenamento, processamento e a distribuição dos produtos agrícolas e seus derivados.( Davis & Goldberg, 1957 in Silva,1996)

bem piores. A agropecuária no Brasil, entra com 8% de participação no PIB mas se passar a contar com as indústrias de transformação da agropecuária, ou seja, o agronegócio passa a representar cerca de 40% do total do PIB brasileiro. Então porque não dar a devida importância para a agricultura dentro da economia criando instrumentos de apoio ao setor que sejam condizentes com sua importância para a estabilidade econômica, política e social do país?

Viu-se como se deu a trajetória de políticas agrícolas nas décadas de 60, 70 e 80 e como ela veio se esfacelando durante todos esses anos, mas apesar disso a agricultura não deixou de ser importante para o crescimento do país tanto que no último plano econômico o Real teve como uma de suas principais bases a agricultura através da chamada âncora verde onde o governo, para evitar o aumento dos preços e atender a demanda reprimida por vários anos, utilizou as safras recordes do ano e a enxurrada de produtos importados. Estes importados prejudicaram a produção interna de tal forma que muitos produtos passaram a não mais serem produzidos internamente, pois sai mais barato importá-lo do que produzi-lo como é o caso clássico do trigo brasileiro.

Com o processo de globalização todos os países do mundo, especialmente os mais ricos, adotaram como estratégia de desenvolvimento numa competição agora mais acirrada pois trata-se de cada país competindo com o resto do mundo, onde neste o volume de terras agricultáveis é cada vez menor e o número de habitantes cada vez maior o que significa dizer que quem detiver nas mãos a produção de alimentos será uma grande potência no mundo globalizado. O agronegócio torna-se então, um trunfo nas mãos do Brasil que sabendo utiliza-lo constituirá uma grande potência na produção de alimentos no mundo, pois somos o último país a ter terras ainda não exploradas para o plantio de alimentos e o desenvolvimento de novas técnicas para aumentar a produtividade.

#### **3.3.4) A nova fronteira:**

Vale ressaltar que o aumento constante nas produções agrícolas são muitas vezes obtidos através do aumento da fronteira agrícola, isto é, com a saturação das terras

do Sul-Sudeste o produtor passa a ter que procurar novas localidades para plantar e assim desde a década de 70 observamos um grande aumento no plantio de culturas no Norte, Centro- Oeste do Brasil. Estas terras, antes inexploradas para a agricultura , proporcionaram um maior desenvolvimento do setor especialmente nos momentos de crise do país . O aumento da produção nos campos do Centro-Norte do país é dado também por suas características favoráveis ao plantio como: terras planas que facilitam a utilização de máquinas e tratores, maior volume de terras inexploradas , esgotamento das terras do Sul e Sudeste entre outros

Para tornar o Brasil esta potência agrícola é necessário , antes de mais nada, fornecer infra- estrutura, minorar os custos na agricultura sem aumentar seus gastos . Como então tornar o Brasil um recordista em produção de grãos, passar de importador de alguns produtos como o milho a exportador e aumentar as exportações do setor sem poder dar os incentivos e subsídios necessários para que isto ocorra. A solução mais viável seja talvez incentivar os setores privados da economia e descomplicar a vida do produtor , especialmente aquele que exporta.

A cada ano as safras dos principais produtos cultivados no Brasil sofrem com a falta de planejamento e apoio do governo ao produtor rural não há uma estimativa coerente da safra a ser colhida o volume de grãos colhidos, mesmo que em anos de safra recorde, fica muito abaixo do que o país é capaz de produzir e se o ano não é bom em termos de preço do produto o ano seguinte , conseqüentemente, tem uma redução do plantio do mesmo. Esta situação pôde ser observada desde a colheita de 97/98 onde devido as safras recordes no Brasil, Argentina e Estados Unidos os preços dos produtos ficaram muito baixos e mesmo assim com as crises financeiras na Ásia e Rússia a produção não teve uma boa comercialização, resultado com os produtores descapitalizados a safra de 99 ficou comprometida e , apesar do número recorde de 83 milhões de toneladas, ainda está muito abaixo do potencial produtivo do país e não empolga nem os produtores e nem o governo. O que trouxe um maior alento ao setor foi a desvalorização cambial, em janeiro de 99, na qual permitiu que os produtos nacionais ganhassem maior competitividade perante os produtos importados, mas por outro lado tornou o custo de produção maior pois grande

parte dos defensivos agrícolas utilizados nas lavouras são importados o que , com a desvalorização, acarreta um aumento dos preços dos insumos básicos para a produção.

Com uma melhor safra em 99 e com um melhor preço para os produtos as consequências são um produtor mais capitalizado com condições de investir em tecnologia no campo e aumentar a área plantada. Assim os resultados para 2000 poderão ser ainda melhores para a agricultura brasileira, se tudo correr bem e o governo cumprir seu papel quem sabe se a meta, nada modesta de 100 milhões de toneladas para 2000 não se concretize. O importante é dar condições para a produção, ou seja, crédito rápido assistência ao produtor, juros baixos e financiamento acessível. Dessa forma capacidade o Brasil tem de produzir muito mais do que produz.

Uma safra de pouco mais de 80 milhões de toneladas não pode ser considerada extraordinária para um país com o potencial agrícola do Brasil. Nos Estados Unidos produzem-se mais de 75 milhões de toneladas só de soja, no Brasil a produção chega no máximo a 31 milhões. Com relação ao milho enquanto os americanos colhem 250 milhões de toneladas por safra o Brasil chega aos 32 milhões em suas melhores colheitas. Se considerarmos que os Estados Unidos já tem seu potencial agrícola quase que totalmente explorado vemos o quanto é grande o desequilíbrio da produção brasileira.

Comparando o Brasil com os Estados Unidos já temos um grande desequilíbrio em relação a Argentina país de área para a agricultura muito menor do que a do Brasil colhe uma safra de valor muito próximo à do nosso país. Enquanto o crescimento da produção brasileira de 98 para 99 foi de 9% os argentinos aumentaram em 50% a oferta de grãos , onde passaram a colher 66 milhões de toneladas<sup>16</sup>.

### 3.4) O comportamento dos principais produtos agrícolas brasileiros:

Os principais produtos brasileiros, em geral, ganharam novo fôlego com a desvalorização do Real , porém tiveram a diminuição de suas áreas plantadas em relação a 98.

#### A soja:

A soja foi um dos produtos brasileiros que teve melhora nos preços com a desvalorização o produto ficou mais competitivo internacionalmente o que só ajudou as exportações brasileiras pois a soja é a principal commodity de exportação do país. A safra 98/99 foi de 30,9 milhões de toneladas com uma redução de 7% na área plantada neste ano a produção também vem se prejudicando porque os preços internacionais estão caindo , por esse motivo a expectativa para o ano 2000 é de uma área plantada ainda menor.

Tabela 3.3 - Produção de Soja no Brasil  
(milhões / toneladas)

Ano	94	95	96	97/98	98/99
	25,0	25,9	22,9	31,6	30,9

FONTE: CONAB, SAFRAS E MERCADO

#### O milho:

O milho , após a desvalorização do Real, teve um aumento nos preços. Este fato ocorreu porque grande parte do produto é importado e com isso a oferta e a demanda do produto foram afetados. O milho produzido no país passou a ser mais procurado pelos compradores e esta maior procura pelo produto nacional melhora os preços deste que por sua vez estimula o plantio do produto. No início do Plano Real o milho sofreu bastante com

<sup>16</sup> Agroeconomia. Informe publicitário especial sobre agropecuária e negócios da revista Exame. edição número: 684.

o desestímulo ao plantio devido a redução dos preços mínimos do governo ( caíram de R\$ 6,32 para R\$ 6).

A diminuição do plantio e a conseqüente diminuição das safras dificultou a vida do produtor de suínos e frangos porque aumentou seus custos através da importação do produto sem poder repassar ao consumidor esse aumento sua margem de lucro ficou menor. As expectativas para 2000 é de um aumento na área plantada em 10% especialmente no Rio Grande do Sul.

**Tabela 3.4 - Produção de Milho no Brasil  
(milhões / toneladas)**

Ano	94	95	96	97/98	98/99
	33,14	37,32	32,15	30,14	32,14

Fonte: CONAB, SAFRAS E MERCADO

#### **O arroz:**

O arroz no Brasil está próximo da auto – suficiência e a desvalorização cambial contribuiu ainda mais para a diminuição das importações em 99 a safra foi de 11 milhões de toneladas 30% a mais do que em 98 e isto graças aos bons preços do produto no mercado. O crescimento da produção no país chegou a 21% e a área plantada cresceu em 10% de 98 para 99. O Rio Grande do Sul é o principal produtor brasileiro com uma produção de 4,9 milhões de toneladas e um crescimento de 98 para 99 de 32%.

**Tabela 3.5 - Produção de Arroz no Brasil  
(milhões de toneladas)**

Ano	95/96	96/97	97/98	98/99
	10,0	9,5	9,7	11,1

Fonte: CONAB, SAFRAS E MERCADO

### **O trigo:**

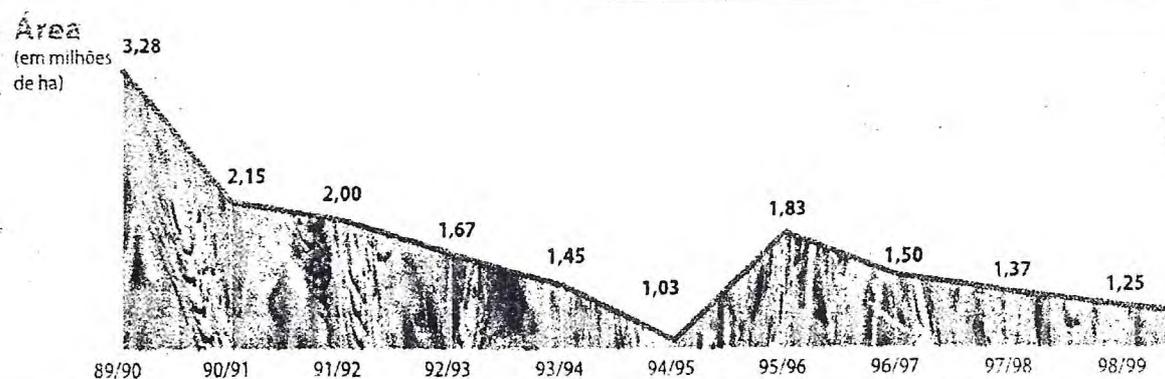
O Brasil teve grandes problemas com o trigo após a desvalorização cambial, pois quase todo o produto consumido no país é importado o que acarretou um aumento nos preços do produto. Com o aumento do custo do trigo importado a produção interna voltou a ser viável e a crescer pois após a desvalorização o preço do trigo chegou a subir em duas semanas 25%. Até 99 a área plantada tinha sido reduzida em 11% porém a produção aumentou, graças a um aumento na produtividade, de 1,5 milhão de toneladas em 98 para 1,7 milhão de toneladas em 99. Mesmo assim o Brasil consome o triplo do que produz de trigo.

Na safra 94/95 o Brasil importou 6,7 milhões de toneladas a um custo de US\$ 1,2 bilhões, em 95/96 o país importou 6,5 milhões de toneladas a um custo de US\$ 1,6 bilhão. O preço da tonelada em 96 chegou a US\$ 200 por causa da diminuição da safra mundial devido a estiagem nos EUA, a quebra de safra na Argentina, o aumento no consumo desde o segundo semestre de 95.

Em 96 os preços mínimos estavam em R\$ 157/t (trigo superior), preço insatisfatório pois o custo chegava a R\$ 174/t (trigo superior). Em 99 a importação de trigo chegou a 5,5 milhões de toneladas a um custo de US\$ 700 milhões, o preço mínimo ficou em R\$ 185/t e o valor do produto importado nos portos brasileiros chegou a US\$ 130/t vindo da Argentina. A queda no consumo, o aumento dos estoques vem diminuindo o preço do trigo e com a desvalorização do Real veio o aumento dos custos com o plantio. Este ano o Brasil baterá novo recorde de importação de trigo, caminhando na direção do posto de maior importador de trigo do mundo. A compra é estimada em 7,4 milhões de toneladas, o maior volume da história. O gasto será de US\$ 900 milhões com a compra deste trigo e a dependência este ano subiu 7,4% em relação ao ano passado.

O agricultor brasileiro vem dedicando-se cada vez menos a cultura do trigo devido a falta de incentivos governamentais, os preços do produto e a troca pela cultura do milho atualmente com preços bem melhores. As expectativas correm numa quebra de produção da ordem de 12,5% e uma redução na área plantada de 7%.

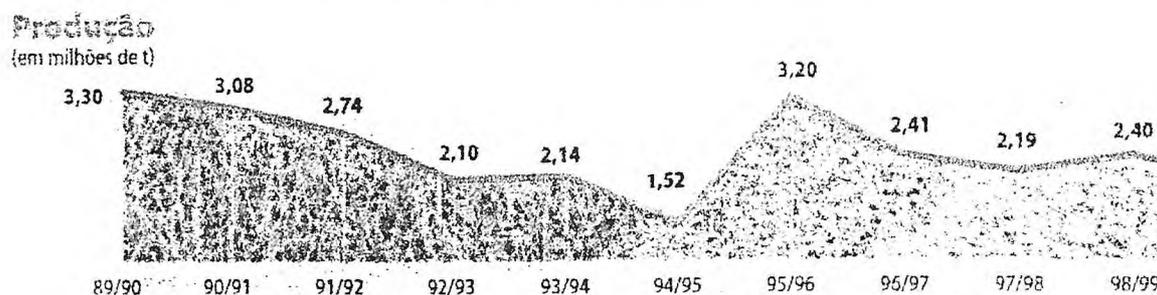
Gráfico 3.3- O comportamento do trigo I



FONTE: CONAB (COMPANHIA NACIONAL DE ABASTECIMENTO), CNA (CONFEDERAÇÃO NACIONAL DA AGRICULTURA) E MOINHOS

\* Previsão da CNA. A Conab ainda não fez o levantamento

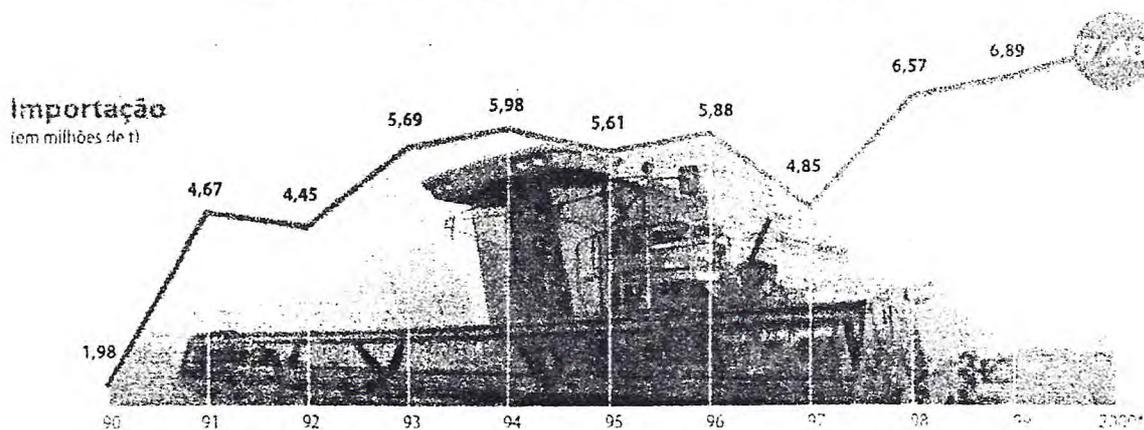
Gráfico 3.4 – O comportamento do trigo II



FONTE: CONAB (COMPANHIA NACIONAL DE ABASTECIMENTO), CNA (CONFEDERAÇÃO NACIONAL DA AGRICULTURA) E MOINHOS

\* Previsão da CNA. A Conab ainda não fez o levantamento

Gráfico 3.5- O comportamento do trigo III



FONTE: CONAB (COMPANHIA NACIONAL DE ABASTECIMENTO), CNA (CONFEDERAÇÃO NACIONAL DA AGRICULTURA) E MOINHOS

\*\* Estimativa do governo, da CNA e de moinhos

### **3.5) Empecilhos ao produtor rural:**

O Plano Real retirou o que restava de instrumentos de política agrícola no país. Não negocia preços mínimos condizentes com os custos dos produtos( na maioria das vezes) , não possui regras estáveis para a comercialização e além de tudo permite a importação indiscriminada de produtos agropecuários subsidiados em seu país de origem.

Como a atividade agropecuária é de alto risco e baixo retorno o custo para empréstimos ao setor deve ser o mais baixo possível, ou seja é preciso um custo de juros adequado ao setor além de uma política tributária que beneficie de forma a deixar o produto mais competitivo lá fora e não , com ocorre hoje, onde os tributos brasileiros deixam mais caro o produto para exportação.

Com os tipos de juros praticados no Brasil o pequeno produtor fica impossibilitado de fazer qualquer empréstimo no mercado para plantar ,pois além de juros, encargos, correção monetária e garantias pedidas na grande maioria das vezes o dinheiro não chega na hora certa e incorre em prejuízos ao produtor que deixa de colher o que havia planejado e , conseqüentemente, fica impossibilitado de cumprir suas obrigações perante o banco. Assim não existe uma política de ajuda ao pequeno produtor que ao pedir dinheiro (crédito) no mercado é como se assinasse uma sentença.

### **3.6) As perdas do setor agrícola:**

Desde o início do Real a agricultura já conta com uma perda de mais de 15 bilhões de reais. Para se ter uma idéia nos anos de 95-98 a produção rural alcançou uma média de R\$ 59,1 bilhões , já nos anos de 89-94 a produção foi de R\$ 62,9 bilhões, ou seja uma perda de R\$ 15,1 bilhões em quatro anos( produtos vegetais e animais). Um valor equivalente a 70% da frota de tratores renovada( em torno de 460 mil máquinas).E as quedas não param por aí segundo a CNA de janeiro a julho de 99 a perda na produção já chega a R\$ 2,5 bilhões em relação ao mesmo período de 98 , só não piorou devido a melhora na rentabilidade dos produtos da pecuária( gado de corte).

Na verdade o que ocorreu com o setor agropecuário foi que ele serviu de sustentação para o Plano Real através da manutenção dos preços baixos sem nenhum aumento por um longo período e a entrada de importados. Estes fatores acarretaram ao setor ,segundo o economista Homem de Melo<sup>17</sup> , uma perda de renda agrícola , comparando os mesmos períodos( 89-94 e 95-98) de 19,4% e na década de noventa a perda chega a 32,5% . Quem ganhou com esta perda no setor foram as agroindústrias que não tiveram seus preços tão diminuídos quanto os dos produtos não beneficiados , ou in natura, e o próprio consumidor que pôde adquirir uma cesta básica de alimentos por um preço menor. Segundo o levantamento do economista Homen de Melo os principais fatores que contribuíram para a queda brutal da renda dos produtores rurais foram as taxas de câmbio elevadas, juros reais muito altos, reduções de tarifas de importação, compras feitas financiadas no exterior e a recessão a qual o país passou recentemente e ainda sofre suas sequelas. Para termos uma idéia do quanto a agricultura tem diminuído sua produção tomemos como base a venda de máquinas agrícolas( ver gráfico 3.6) na década de 80 foram 34.800 mil tratores e 4.896 mil colheitadeiras vendidas enquanto que na primeira metade dos anos noventa temos 21.200 tratores e 2.571 colheitadeiras já na segunda metade de 90 as vendas caem para 16.300 tratores e 1.800 colheitadeiras demonstrando, resumidamente, que se não há renda no campo o produtor não pode investir em máquinas e equipamentos para produzir e assim diminui o plantio e as safras ficam cada vez menores.

### **3.7) O mercado de máquinas e equipamentos agrícolas:**

Um bom termômetro para o setor agrícola é a venda de maquinas para o setor como tratores e colheitadeiras. A indústria brasileira de máquinas para a agricultura considera esta a pior década para as vendas de seus produtos, estas diminuíram só de 95 para cá 23% nas vendas de tratores<sup>18</sup> e 30% nas de colheitadeiras em relação ao período 90-94. A indústria trabalha apenas com um terço de sua capacidade total de produção e este

---

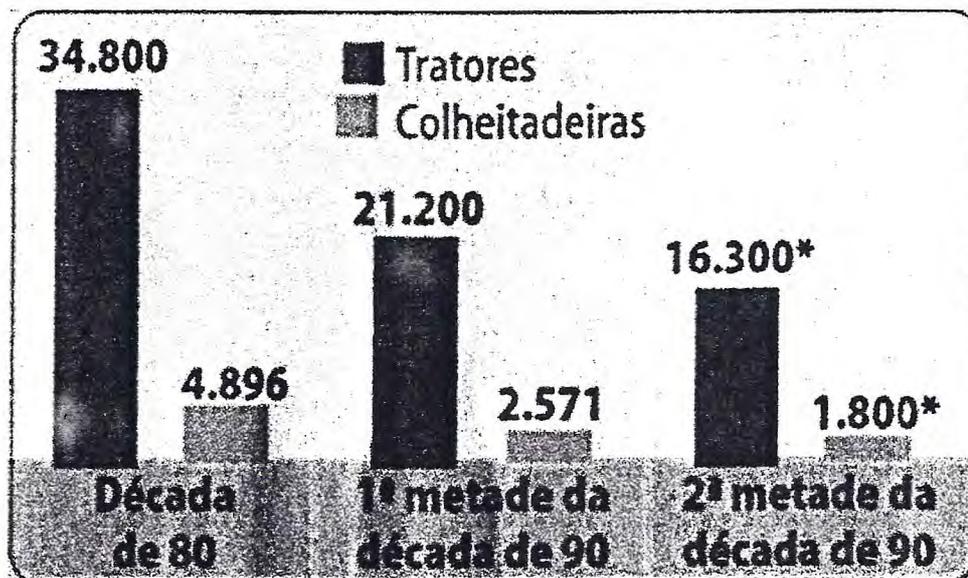
<sup>17</sup> Levantamento de Fernando Homen de Melo prof. da USP de Economia divulgado na Folha de SP em 06/10/99. Caderno Dinheiro.

<sup>18</sup> Tratores modelo NH 7630-4, de 103 hp.

ano deve chegar a vender cerca de 23 mil máquinas , uma queda de 70% comparando as vendas de 1976 ano recorde com 80.215 máquinas vendidas.

Segundo a Anfavea as vendas de 99 caíram 5% em relação ao ano passado e representam metade das de 94. O Brasil possui 18% da área agrícola do planeta ,mas mesmo assim não possui uma política de incentivo a compra e renovação de frota o que acarreta que a cada 100 tratores vendidos apenas 3 são para o Brasil sem contar que as grandes empresas do setor encontram-se no território brasileiro. No campo brasileiro existem em torno de 460 mil tratores dentre eles 35% com mais de 16 anos de uso , enquanto que o tempo recomendado é de 15 anos, o que acontece é que sem recursos para investir em novas máquinas o produtor rural preocupa-se em manter a máquina antiga o que não acontece em países desenvolvidos. As colheitadeiras ,no Brasil , somam 49.600 onde 25% já estão fora do recomendado tempo de uso. Com isso estas máquinas começam a perder na colheita do produto no caso da soja, por exemplo, esta perda chega a 1,3 milhão de toneladas um prejuízo de US\$ 235 milhões aproximadamente.

**Gráfico 3.6 – Vendas de máquinas agrícolas**



\* Previsão

Fonte: Anfavea ( Associação Nacional dos Fabricantes de Veículos Automotores)

### 3.8) Agropecuária e Exportações:

A idéia predominante , disseminada especialmente à partir dos anos 50, nos meios acadêmicos , político e econômico era de que para um país progredir e desenvolver seria necessário , essencialmente a industrialização deste pois a industria moderna traria riqueza através das exportações de produtos com valores agregados cada vez maiores. Por outro lado deixou-se que a idéia de que a agricultura era o oposto da industria ou seja, atrasada e sem condições de trazer riquezas para o país se disseminasse também tornando o chamado setor primário da economia o patinho feio da história.

Pois a coisa não é bem assim, senão porque os grandes países ricos e desenvolvidos do mundo continuam a exportar milhares de toneladas de alimentos para todo o mundo além de subsidiar , proteger e até lançar barreiras impeditivas de entrada de produtos estrangeiros no seu território .Só a União Européia exporta cerca de 38% do total do comércio agrícola internacional.

O fato é que não se pode mais encarar a agricultura como atrasada pois desde a década de 60 ela vem mudando , o surgimento das agroindústrias passa a necessitar de insumos mais refinados com utilização de tecnologia e assim surgem os produtos agropecuários com grande valor agregado , pois não só mais necessitam de terra e água para ter o produto mas, de todo um aparato científico e tecnológico com o desenvolvimento de ramos na biologia, química e outros meios científicos para auxiliar esta nova indústria que surge com toda força e com uma importância fundamental para o mundo ,pois no futuro , com a diminuição das terras agricultáveis e o aumento da população no mundo, quem dominar o setor de alimentos dominará o planeta.

A agroindústria nacional tornou-se tão importante que hoje ela corresponde a 40% do PIB ou R\$ 358 bilhões . Da atividade agropecuária , até 98, viviam em torno de 23 milhões de pessoas diretamente sem falar que o custo para se ter um emprego na agricultura é cinco vezes menor do que na indústria. A agricultura, segundo o IBGE, garante atividade produtiva para mais de 16,6 milhões de pessoas ( sem contar a agroindústria) enquanto

que a indústria de transformação comporta 8,9 milhões e a construção civil 4,4 milhões. A pecuária é o ramo que mais emprega no setor com 7,2 milhões de pessoas.

A balança comercial do setor agropecuário é superavitária em 97 seu saldo foi de US\$ 11,5 bilhões e em 98 US\$ 10,6 bilhões nos quais muito ajudaram na manutenção do Plano Real, pois sem eles as contas do país estariam fora de controle ameaçando a estabilidade do Plano. O principal produto de exportação do Brasil é a soja e dentre os 20 produtos mais comercializados internacionalmente mais da metade são de produtos agrícolas.

A falta de uma política agrícola consistente no período do Real fez com que muitas culturas se tornassem inviáveis como , por exemplo, o algodão que por falta de uma política de preços mínimos condizentes com a cultura e crédito ao produtor este passou a ser inviável e por isso muitos produtores tiveram que trocar suas lavouras de algodão por soja ou outra cultura , quando não tiveram que se desfazer de suas terras para pagamento de dívidas.

No início de 99 a safra de algodão prometia chegar a 490 mil toneladas em pluma, promovendo uma economia para o Brasil de cerca de US\$ 200 milhões neste mesmo ano com as importações de algodão. Após dois anos de queda na produção o produto mostrava suas primeiras reações com sucessivos aumento na produção nacional em dois anos seguidos, mesmo assim o Brasil não deixaria de importar o produto e tinha , para 99, uma previsão de gasto com algodão em torno de US\$ 300 milhões , um valor menor do que nos últimos quatro anos, em 98 foram gastos US\$ 496 milhões, a queda nos números foi dada , principalmente pela expansão da cultura no Centro-Oeste responsável por quase metade de toda produção nacional. A produtividade alta , o clima e a topografia da região contribuíram para que ela se tornasse uma grande produtora de algodão do país. Mas os produtores de algodão estão descontentes com a falta de apoio do governo, os preços obtidos na safra são baixos, os preços mínimos do governo também estão fora da realidade de produção do algodão, ou seja, não cobrem os custos que com a desvalorização do real

subiram os preços dos insumos importados como fertilizantes e defensivos em torno de 40%. Os preços obtidos despencaram, na safra 99 o produtor recebe US\$ 6,20 por arroba enquanto que em 98 chegou a receber US\$ 11, 20 por arroba de algodão em caroço.

Com os preços mínimos inviáveis, não cobre os custos do produtor, não há como plantar algodão e a cultura acaba sendo trocada por outras nas safras seguintes ou tendo sua área plantada reduzida. As consequências da falta de apoio a culturas como o algodão são êxodo da população, pequenos agricultores falidos e soja no lugar do algodão tudo isso especialmente após o Plano Real onde o agricultor já se encontrava endividado e a partir de então perdeu tudo de vez.

A troca do algodão pela soja também traz o fim das pequenas propriedades rurais, já que esta cultura necessita de áreas maiores para tornar-se viável seu plantio, sendo uma lavoura que requer maior mecanização essa mudança de aspecto da lavoura desempregou muitos agricultores que antes tinham sua terra para plantar a tiveram que vender para saldar dívidas migraram para as cidades para serem desempregados lá. Outros deixaram de ser seu próprio patrão para trabalhar de bóia-fria nas grandes fazendas.

### **3.9) O desemprego no campo:**

Como consequência direta da crise vivida no campo tem-se o aumento do número de trabalhadores rurais desempregados que, nos últimos cinco anos, foram mais de dois milhões de pessoas que perderam seu emprego no campo e ,com isso, partiram rumos às cidades para viver em condições precárias nas favelas e subúrbios.

O modelo de agricultura no Brasil ,sempre foi atrelado ao grande latifúndio . tudo é mais fácil para o grande produtor , inclusive o acesso ao crédito, dessa forma o pequeno produtor fica a mercê das inconstantes políticas do governo e na maioria das vezes se dá mal. Como para se obter qualquer empréstimo é necessário alguma garantia o pequeno produtor comprometi aquilo que tem, suas terras, e quando não consegue honrar a dívida acaba perdendo a garantia que deu , ou seja, sua terra. O resultado disto é que em

dez anos 942 mil propriedades com menos de 100 hectares foram a falência, a área cultivada diminuiu em oito milhões de hectares e a renda média caiu em 46%<sup>19</sup>.

As grandes propriedades produtoras também possuem um outro agravante que é a utilização de máquinas e equipamentos agrícolas que dispensam mão-de-obra e aumentam a produtividade. Essas pessoas desocupadas na zona rural passam a migrar para as cidades e os grandes centros urbanos o que acabam provocando o aumento das marginalidade, violência e também dos próprios desempregados na cidades. Segundo pesquisa feita pelo economista Márcio Pochmann, da UNICAMP, em dez anos ( 1989 a 1998) o aumento do desemprego no campo foi de 474,30% em número de pessoas. Em 1950 64% da população brasileira era habitante da zona rural, em 1996 cerca de 78% da população brasileira vive na zona urbana.

O apoio à concentração de terras pelo governo , a falta de uma reforma agrária séria a falta de apoio ao pequeno produtor , a mecanização das lavouras são alguns dos fatores que dificultam a fixação do homem no campo e estes , sem possibilidades na zona rural vão para as cidades viver marginalizados.

### **3.10) A agricultura e a dependência externa:**

A desvalorização do Real atingiu o setor agrícola de uma forma boa e de outra má. O caso é que a agricultura brasileira é altamente dependente de insumos importados que, com a desvalorização tornaram-se mais caros e por consequência aumentaram os custos da produção. Para se ter uma idéia 70% de todo adubo utilizado no país é importado e quase metade do custo do adubo é feito em dólar.

A base dos fertilizantes são nitrogênio, fósforo e potássio. As reservas de potássio no país só chegam para atender 9% das necessidades da agricultura, o fósforo metade vem do exterior e o nitrogênio tem uma oferta farta o que o torna um insumo barato. Essa dependência dos insumos importados é muito prejudicial para o Brasil , pois

---

<sup>19</sup> Dados segundo Delfim Neto; economista e ex-ministro da Fazenda.

estes são muito importantes para a produção. No caso do café, por exemplo, de uma saca de 60kg cerca de 12% do valor total são gastos em fertilizantes.

O aparecimento de doenças nas plantações aumentam ainda mais a dependência dos insumos importados , pois os agrotóxicos utilizados no campo também são, na sua grande maioria , importados. No caso da laranja, por exemplo, 60% do custo de produção de uma caixa são gastos com agrotóxicos, especialmente com o aparecimento de doenças como o cancro cítrico e o amarelinho, e todos cotados em dólar.

Existe ainda o caso dos insumos que mesmo sendo adquiridos no Brasil acabam ficando mais caros com a alta do dólar como é o caso do farelo de soja, utilizado na ração de bovinos, suínos e frangos. O farelo de soja é cotado em dólar pela Bolsa de Chicago nos Estados Unidos pois é um produto exportado pelo Brasil , uma commodity, com preço ditado internacionalmente. Assim , mesmo não saindo de dentro do país seu preço depende do preço em dólar dado pela Bolsa de Chicago.

O caso é que mesmo com o aumento dos custos , mais uma vez o produtor não terá como repassar nos seus preços este aumento devido a retração na demanda que veio com a crise econômica daí vem mais uma diminuição na renda do produtor rural.( ver tabela 3.9 no final deste capítulo)

### **3.11) Previsões para o ano 2000:**

O saldo da balança comercial para o setor de agronegócio no ano 2000 deve ser menor do que o de 99, segundo previsões de entidades ligadas ao setor e empresas de consultoria na área. Segundo os cálculos 11 dos principais itens agropecuários, que são 90% da balança externa do setor, irão render cerca de US\$ 13,28 bilhões contra US\$ 13,45 bilhões de 99.

Com o desconto das importações o saldo de 2000 fica em US\$ 11,38 bilhões, US\$ 540 milhões abaixo de 99. A espera é de um ano mais difícil ainda para a agricultura ,

porque as importações de milho , arroz e trigo vão aumentar. Mas as expectativas do governo são contrárias prevendo um saldo da balança comercial agrícola e safra ainda maior para este ano de 2000. A queda na renda agrícola não é preocupação somente dos brasileiros, o USDA( Departamento de Agricultura dos EUA) também prevê uma diminuição no saldo da balança agrícola norte-americana, em novembro de 99 a previsão era de US\$ 11 bilhões o menor desde 87.

Este ano deveria ser bom para o agronegócio por causa da recuperação econômica da Ásia, grande comprador de commodities, que estava abalada desde a crise financeira de julho de 1997 e a desvalorização do Real (jan/99) que deu mais competitividade aos produtos brasileiros. Porém a demanda mundial continua fraca, os preços de alguns produtos retomaram a trinta anos atrás e a concorrência internacional está mais acirrada. Esta concorrência veio com as ultimas supersafras e o aumento nos estoques mundiais de grãos que se por um lado ajuda o país, como nas importações de milho e trigo, por outro nos prejudica muito, como no caso da soja e seus derivados, principal produto agrícola exportado pelo Brasil.

A soja, por exemplo, vem tendo recordes de safras nos últimos anos nos EUA e América do Sul o que fez seus preços recuarem para níveis da década de 70. Porém a queda no saldo agrícola também se deve a fatores internos, como o aumento no consumo de insumos como farelo de soja e milho, devido o aumento nas exportações do setor de carnes, com isso diminui o farelo para exportação e aumenta a necessidade de importação de milho.

As exportações de soja que renderam em 99 US\$ 3,7 bilhões devem passar para US\$ 3,33 bilhões em 2000, o volume exportado deve cair em 5%, devido o aumento de consumo interno e a incerteza quanto a próxima safra plantada fora do período e em clima desfavorável. Quanto ao açúcar o preço pode melhorar externamente, porém o volume exportado será menor, cerca de 5 milhões de toneladas, metade do valor de 99. O motivo

foram a não renovação dos canaviais, o clima desfavorável e os preços internos do álcool, que ficaram melhores este ano, reduzirão a oferta de açúcar.

Os produtos mais favorecidos neste ano serão a carne bovina e o café, que gerarão mais divisas para o Brasil em 2000. As exportações de carne bovina, que chegaram a US\$ 750 milhões em 99, podem chegar a US\$ 1 bilhão em 2000 pois as vendas melhoraram no final de 99 graças a desvalorização do Real e a seca do segundo semestre elevou os preços dificultando a colocação do produto no mercado internacional.

Em 2000 o abate deve aumentar com ele a oferta do produto, crescendo também as exportações. O Brasil é o segundo maior produtor de carne bovina e deve ofertar cerca de 6 milhões de toneladas, os EUA lideram com 11 milhões e quanto ao volume exportado o Brasil está em terceiro lugar. A oferta para exportação, no Brasil deve ser de 550 a 600 mil toneladas aproximando-se dos EUA com 700 mil toneladas, segundo colocado, mas distante do primeiro colocado que é a Austrália com 1,2 milhão de toneladas.

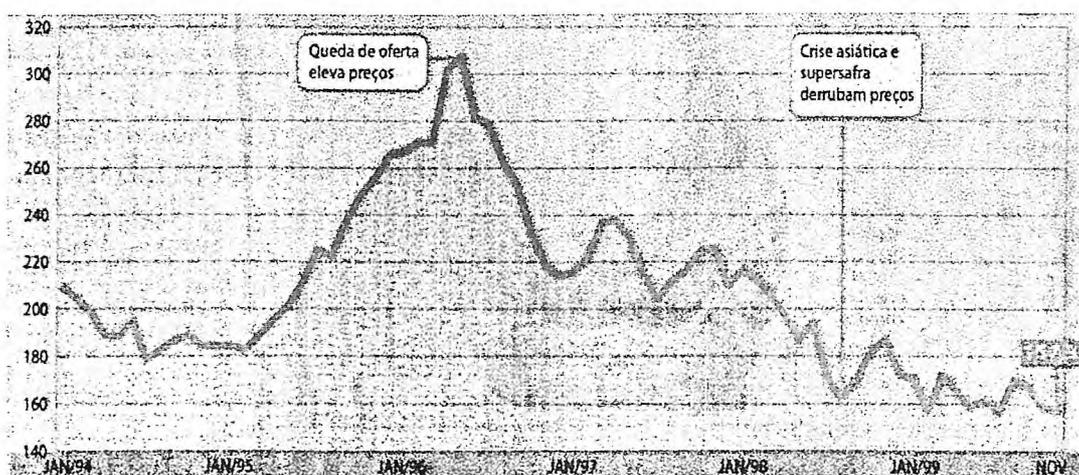
Quanto ao frango as exportações devem crescer cerca de 5% este ano, porém os produtores terão suas margens de lucro diminuídas por causa do alto custo dos insumos, em especial o milho. O café também terá um bom ano as vendas externas devem render cerca de US\$ 2,6 bilhões com previsões otimistas de US\$ 3 bilhões, a divulgação da safra 2000-2001 estabilizou o mercado e os preços. O algodão continuará a pressionar as importações mas o volume será bem menor, com os incentivos dados pelo governo para a cultura houve um aumento da produção que deve fazer com que as importações caiam de US\$ 250 milhões para US\$ 200 milhões em 2000. O arroz continuará com seu volume importado quase inalterado, para este ano, com importações vindas do Uruguai e Argentina.

**Gráfico 3.7 – Balança Agrícola ( Previsão 2000)**  
(valores em US\$ bilhões)

Produto	1999	2000
Boi	0,75	1,00
Frango	1,00	1,05
Café	2,25	2,60
Suco	1,30	1,30
Açúcar	1,40	0,80
Soja (total)	3,70	3,33
Fumo	0,85	0,90
Madeira e manuf.	2,20	2,30
Milho	-0,38	-0,70
Trigo	-0,90	-1,00
Algodão	-0,25	-0,20
<b>Saldo total</b>		

Fonte: Victor Abou Nehmi Filho ( FNP)

**Gráfico 3.8- Evolução do Índice Commodity Research Bureau<sup>20</sup>**



Fonte: Bridgel/ CRB

<sup>20</sup> Índice referente a grãos.

### 3.11.1) Previsão de renda para 2000:

Com perspectiva de preços melhores para o milho, a soja e o algodão o faturamento da safra 2000 deve aumentar em torno de 7,5% injetando um total de R\$ 24 bilhões no setor agrícola. Já no que diz respeito a produção o aumento foi de apenas 0,9% em relação a safra de 99.

Os melhores preços para a soja deve-se, principalmente a redução dos estoques mundiais e a previsão de seca para a região produtora dos Estados Unidos, seu aumento será em torno de 10%. Quanto ao milho seu melhor preço deve-se principalmente a demanda interna do país, pois é um produto de extrema importância para a produção de carnes.

**Tabela 3.6- Previsão de renda para a safra 2000**

Valor bruto da produção agrícola						
Produtos	1999			2000*		
	Volume (em mil t)	Preços recebidos (em R\$/t)	Valor da produção (em R\$ milhões)	Volume (em mil t)	Preços* (em R\$/t)	Valor da produção (em R\$ milhões)
 Algodão	1.502	620	931	1.785	682	1.217
 Amendoim	172	640	110	177	650	115
 Arroz	11.582	310	3.590	11.430	300	3.429
 Feijão	2.915	820	2.390	2.972	820	2.437
 Milho	32.417	180	5.835	32.209	200	6.442
 Soja	30.765	280	8.614	31.497	300	9.449
 Trigo	2.403	210	505	2.403	220	529
 Outros	1.262	240	303	1.357	240	326
Total	82.441		22.278	83.144		23.944

FONTES: CONAB E AGROANALYSIS

Preços recebidos, R\$ de dezembro de 99 \* Estimativa

Tabela 3.7- A dependência dos insumos importados

<b>Principais produtos</b>	<b>Tipos de Insumos empregados</b>	<b>Quanto representam no custo da produção</b>
 <b>Café</b>	Adubos, herbicidas, defensivos agrícolas e nutrientes	25%
 <b>Carne bovina</b>	Medicamentos veterinários, vermífugas, sal mineralizado, herbicidas e farelo de soja	De 20% a 30%
 <b>Carne suína</b>	Medicamentos veterinários, vitaminas, aminoácidos e farelos de soja e de trigo	23%
 <b>Carne de frango</b>	Genética de matrizes, vitaminas, minerais da ração, farelo de soja, vacinas e outros medicamentos	20%
 <b>Laranja</b>	Defensivos e fertilizantes	80%
 <b>Leite</b>	Concentrados (farelos de soja e de trigo), medicamentos e fertilizantes	De 19,5% (não-especializados) a 36% (especializados)
 <b>Massas</b>	Farinha de trigo	50%
 <b>Pão</b>	Farinha de trigo	22%

FONTE: SINDICATO DE PRODUTORES, CEPEA/ESALQ/USP, MOINHOS, UNIVERSIDADE FEDERAL DE VIÇOSA (MG)

E SCOT CONSULTORIA

### 3.12) Notas conclusivas:

O que o setor agrícola precisa é de um rápido e acessível meio de financiamento, que chegue na hora certa para ser utilizado e não como ocorre no Brasil onde além da dificuldade de liberação do crédito ao produtor muitas vezes esse dinheiro chega em uma hora não mais propícia ao plantio, as vezes tem passado o melhor momento para o plantio entre outros problemas o que acarreta mais riscos ao produtor pois sua safra fica prejudicada por não ter sido tratada no momento devido.

Um seguro agrícola também seria muito importante ao produtor porque garantiria ao menos o mínimo de segurança se algo acontecesse com a plantação, ou seja, já diminuiria o risco para o produtor.

Além também de uma infra-estrutura de transporte da produção com facilidade de escoamento das safras através de ferrovias , hidrovias e rodovias para os portos onde seriam embarcadas para outros países ou até mesmo dentro do Brasil para seus mercados consumidores. O armazenamento da produção também é algo da mais extrema importância, pois os alimentos precisam ser acondicionados em locais apropriados para manterem suas qualidades naturais.

O grande problema do Brasil é não ter uma política agrícola de longo prazo, a mudança de regras constantemente para o produtor rural o impede de planejar suas safras futuras e até mesmo de ter incentivos para investir no campo. Essa ausência de política agrícola acarreta um maior endividamento e uma descapitalização do produtor porque mesmo aumentando sua renda esta vai grande parte para o pagamento de dívidas com os bancos e assim torna-se um ciclo vicioso. Com menos capital o produtor é desestimulado, conseqüentemente reduz ou abandona o negócio no campo, podendo afetar a oferta de produtos agrícolas ou aumentar o êxodo rural, pressionando ainda mais os serviços na zona urbana, que já são caóticos.

## Conclusão

O setor agrícola tem demonstrado que é um importante segmento econômico do país, pois ao mesmo tempo que cumpre seu papel de abastecer a população com produtos alimentícios também colabora no bom desempenho da economia nacional gerando divisas através de exportações ou diminuindo as importações através da diversificação e aumento da produção.

Assim pode-se considerar que a agricultura tem funções dentro da economia nacional que possibilitam a alavancagem do desenvolvimento e crescimento do país como: gerar excedente de mão-de-obra; fornecer matéria-prima a indústria; financiar o crescimento industrial e gerar divisas.

Com as mudanças das características da economia brasileira percebe-se que o setor agrícola também acompanha esse “desenvolvimento” econômico nacional como é observado nas mudanças ocorridas desde o complexo rural até o chamado complexo agroindustrial ( que é a industrialização da agricultura).

A primeira forma de produção abordada é o chamado Complexo Rural que possui como principal característica a não divisão do trabalho. Com o fim do trabalho escravo tem início o uso da mão-de-obra imigrante que possibilita o surgimento da diferenciação campo-cidade, o aparecimento de pequenos serviços nas cidades para o café, o surgimento de um mercado interno e, especialmente, a mudança do complexo rural para o cafeeiro.

A necessidade de uma crescente produção fez com que o campo procurasse por novos métodos de produzir, mais eficientes com isso importa máquinas e equipamentos agrícolas e após a implantação da indústria de base para o setor no Brasil tem-se um impulso muito forte na chamada modernização conservadora brasileira.

A modernização da agricultura foi o passo fundamental que possibilitou ao país atender as necessidades de crescimento e demanda nacional, pois a partir desse momento teve-se uma agroindústria dinâmica e competitiva a nível internacional. Também a internalização do D1 da agricultura possibilitou a mudança radical para uma indústria da agricultura.

Mas toda essa transformação no campo só foi possível devido aos incentivos dados pelo governo através de financiamento e compra de equipamento subsidiados e facilitados especialmente nas décadas de 1960 e 1970. O papel do governo de sustentador da agricultura foi crucial para que ela alcançasse o desempenho espetacular que alcançou na época.

A partir da década de 1980, especialmente devido a crise externa que o Brasil atravessou, os recursos para a agricultura foram ficando mais escassos e toda a estrutura montada para apoio ao setor começa a ser desfeita. Quando entra a década de 1990, agora com os novos ideais Neoliberais, muito do que havia sido construído para ajudar no desenvolvimento da agricultura (como exemplo as entidades de pesquisa e financiamento) nas décadas de 1960 e 1970 estavam sendo extintas ou em extinção acabando com quase todo o apoio existente para o setor.

A chamada globalização entra no Brasil definitivamente com o Plano Real, com ele tem-se a abertura dos mercados para os produtos internacionais e a quase extinção dos subsídios e investimentos no setor agrícola. Passa-se em muitos casos, como o algodão, de produtores para meros importadores pois assim saía mais barato para o país.

O Plano Real teve algumas características diferentes de seus antecessores que possibilitou o seu êxito. Primeiramente foi dividido em etapas e não usou o congelamento de preços. Teve como característica fundamental a indexação pela URV e o apoio no câmbio sobrevalorizado e nas altas taxas de juros com o objetivo, principal, de atrair capitais especulativos internacionais.

Essa dependência do capital externo traz como consequência uma grande suscetibilidade a qualquer atribulação no mercado internacional, o que não é nada bom para nossa economia.

O fato é que se importa produtos subsidiados em seu país de origem acabando com nossa cultura nacional do produto e gerando renda para a agricultura lá fora.

O Plano Real utilizou a chamada âncora verde para manter a economia estável e com ela desestruturou a agricultura nacional e além disso não se preocupou em manter uma política agrícola estável e condizente com as necessidades do setor.

O que falta para a agricultura brasileira é uma política agrícola séria, de longo prazo e estável que aspire confiança para o produtor poder investir. Especialmente crédito rápido e barato para todos os produtores, sem discriminações entre pequenos e grandes, além de preços mínimos justos e seguro agrícola realmente confiável.

A pesquisa científica para o setor também é muito importante pois traz novidades tecnológicas para produzir com mais eficiência. Entidades como a EMBRAPA são de grande ajuda ao produtor rural.

Todo esse cuidado especial com o setor agrícola é necessário por ser um setor que traz grandes incertezas ao produtor devido a sua dependência de fatores naturais, dessa forma se não há como minimizar esses riscos não há estímulo a produção.

Como foi mostrado o governo tem que está por trás de um bom desempenho agrícola pois cabe a ele dar sustentação e minimizar os riscos do setor para que este possa atender as necessidades do mercado da melhor maneira possível.

Já está mais do que provado a importância da agricultura para o novo século, assim quem tiver o melhor desempenho, a maior produção e deter a melhor tecnologia de produção poderá dominar a economia mundial.

Para isso o Estado tem de estar gerenciando todos os aspectos referentes a agricultura e, especialmente, propiciando um cenário favorável ao setor que é estratégico.

Por todos os fatores já especificados é que a agricultura não tem conseguido um melhor desempenho econômico pois, sem o amparo do governo não há possibilidades do setor crescer e gerar renda. E é a falta desta renda do campo que vai levar o produtor da zona rural para as cidades, que já não possuem condições de receber mais contingente de pessoas, onde vão ser marginalizados, subempregados ou mesmo desempregados e com isso gerar ainda mais violência e tornar as cidades cada vez mais caóticas por não ter condições de absorver os que já vem do campo por não terem mais como sobreviver lá chegam nas cidades e vislumbram um cenário ainda pior.

## Bibliografia

- ABRAMOVAY, Ricardo. *Paradigmas do capitalismo agrário em questão*. Estudos Rurais 12, Campinas, São Paulo, UNICAMP, 1996.
- ABREU, Marcelo de Paiva ( org.). *A ordem do progresso*. 4<sup>a</sup> ed. Rio de Janeiro: Campus, 1990.
- BAER, Werner. *A economia brasileira*. São Paulo: Nobel, 1996.
- BRAGA, Maria Goretti S. Terra e riqueza. *Economia e Mais*, p.18, maio. 1997.
- BRAGA, Maria Goretti S. O Brasil e o Titanic. *Economia e Mais*, p.16, Abril. 1998
- BRUM, Argemiro J. *Desenvolvimento econômico brasileiro*. 14<sup>a</sup> ed. Petrópolis: Vozes, 1995.
- COSTA, Fernando Antônio R. *O Brasil e a globalização dos mercados financeiros*. 1999,65 p. Monografia( Bacharelado em Economia). Faculdade de Economia, Atuária, Administração e Contabilidade da Universidade Federal do Ceará, 1999.
- MELO, Márcia M. *Globalização: o Brasil entra no jogo*. 1999, 73 p. Monografia (Bacharelado em Economia). Faculdade de Economia, Atuária, Administração e Contabilidade da Universidade Federal do Ceará, 1999.
- OLIVEIRA, Guilherme D. Vieira de. *Breve análise da política econômica do Plano Real*. 1996, 72 p. Monografia ( Bacharelado em Economia). Faculdade de Economia, Atuária, Administração e Contabilidade da Universidade Federal do Ceará, 1997.

- PEDROSA, Antônio C. G. O crescimento econômico no Plano Real. 1999, 122p. Monografia ( Bacharelado em Economia). Faculdade de Economia, Atuária, Administração e Contabilidade da Universidade Federal do Ceará, 1999.
- SANDRONI, Paulo ( org.). Dicionário de economia. 6ª ed. São Paulo: Best Seller, 1994.
- SAWAYA, Rubens R. (org.). O Plano Real e a política econômica. São Paulo: Educ, 1996.
- SILVA, Adriano. Apanhando fora de casa. Exame, p.82-88, 1º dezembro. 1999.
- SILVA, José Graziano. A nova dinâmica da agricultura brasileira. Campinas: UNICAMP, 1996.
- SZMRECSNYI, Tamás e SUZIGAN, Wilson. História econômica do Brasil contemporâneo. São Paulo: Hucitec, 1997.
- VASCONCELLOS, Marco Antonio S. ( et. al. ). Economia brasileira contemporânea. São Paulo: Atlas, 1996.
- VEIGA, José Eli da. O desenvolvimento agrícola - uma visão histórica. Estudos Rurais 11, Salvador, Bahia – CEPA.

#### Periódicos Consultados

Folha de São Paulo, diversos cadernos e edições dos anos 1998 e 1999.

Gazeta Mercantil, diversos cadernos e edições dos anos 1998 e 1999.

O Estado de São Paulo, diversos cadernos e edições do ano de 1999.

O Povo, diversos cadernos e edições do ano de 1999.

Agroeconomia: Informe publicitário especial sobre agropecuária e negócios. Exame, v. 684  
p. 7-47,1999.